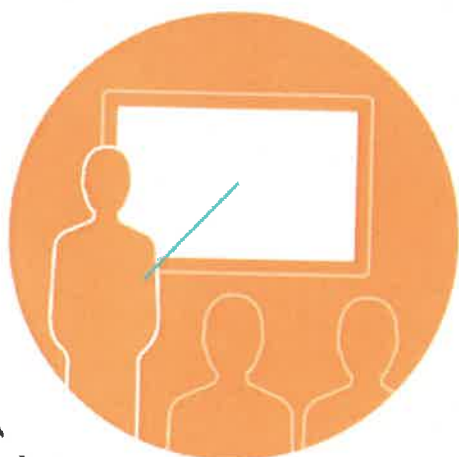


Município de Mogadouro



Prestação de Contas

2023



Relatório de Gestão

2023



Município de
Mogadouro





MUNICÍPIO DE MOGADOURO
CÂMARA MUNICIPAL

Listagem completa de Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução

Conforme solicitação do nosso Revisor Oficial de Contas, declaro/amos na qualidade de membros do Órgão Executivo do Município de Mogadouro que trabalhamos exclusivamente com os seguintes Advogados / Sociedade de Advogados, / ou Solicitador / Sociedade de Solicitadores e Agentes de Execução:

- Lista de Advogados – Nacionais / Estrangeiros

Advogado / Soc. Advogados	Morada	Contacto telefónico	Código Postal
Abreu e Associados, Sociedade de Advogados SP, RL	Av. Infante D. Henrique, 26	217231800	1149-096 - LISBOA
Maria João Moredo Oliveira	Rua Dr. Serafim Doutel, 7 – 2º. Centro Esq. Loteamento da Martineta	939607588	5200-261 - Mogadouro
Antero Augusto Neto Lopes	Rua Calouste Gulbenkian, nº. 69 - R/c	966416605	5200-202 - Mogadouro

- Lista de Solicitadores – Nacionais / Estrangeiros

Solicitadores / Soc. Solicitadores	Morada	Contacto telefónico	Código Postal

- Lista dos Agentes de Execução – Nacionais / Estrangeiros

Agentes de Execução	Morada	Contacto telefónico	Código Postal

Mogadouro, 15 de janeiro de 2024.

Os membros do Órgão Executivo:

Arturio Joaquim Oliveira
Arturio Francisco Sousa
Ária A. Louisa Teixeira Brandão



MUNICÍPIO DE MOGADOURO

CÂMARA MUNICIPAL Listagem Participações Sociais

Conforme solicitação do nosso Revisor Oficial de Contas, declaramos na qualidade de membros do Órgão Executivo do Município de Mogadouro que as participações sociais detidas são as seguintes:

- Participações sociais detidas pelo Município:

Nome da Entidade	NIPC	% Participação	Capital Social
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,319	2.873.516,19
Instituto da Água da Região Norte	502716193		1.585.720,01
Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos	503518689	22%	182.236,60
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	504004522	19,75%	139.587,44
Laboratório Regional de Trás os Montes, Lda.	503271985	4,56%	82.302,00
Douro Superior Associação de Desenvolvimento	503508985	20%	169.730,06
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1,16%	2.284.950,37
Agência de Energia de Trás-os-Montes, AE-TM	509620540	10%	22.609,00
Comunidade Intermunicipal das Terra de Trás-os-Montes	510957544	10,27%	222.342,45
Associação de Municípios do Baixo Sabor de Fins Específicos	507784529	25%	

- Participações sociais detidas pelos membros do Órgão Executivo do Município, pelos seus cônjuges, ascendentes ou descendentes

Nome da Entidade	NIPC	% Participação	Capital Social	Nome dos sócios/acionistas, cônjuges, ascendentes ou descendentes

Mogadouro, 15 de janeiro de 2024.

Os membros do Órgão Executivo:

Artur do Espírito Santo

António Casimiro

Luísa Paula Teixeira Peres

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2023

APROVAÇÕES

Câmara Municipal

Em de de 2024

Assembleia Municipal

Em ____ de _____ de 2024



ÍNDICE

ÍNDICE	1
I. Enquadramento Legal	2
II. Organização municipal e recursos humanos	7
III. Reporte Financeiro	8
1. Análise orçamental	9
1.1. Receita	18
1.1.1. Execução Orçamental da Receita	20
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal	22
1.2. Despesa	35
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa	35
1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal	41
1.2.3. Despesa na ótica dos Planos	60
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos	64
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal	71
IV. Linhas de Intervenção	76
1. Educação e Cultura	76
2. Saúde e Qualidade de Vida	82
3. Desporto	84
4. Ação social	87
5. Segurança	88
6. Património Cultural	92
7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial	94
8. Turismo	97
9. Urbanismo	100
V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos	107
VI. Endividamento	109
VII. Poupança Corrente	113
VIII. Análise Patrimonial	114
1. Evolução da Situação Económica e Financeira	114
1.1. Análise ao Balanço	114
1.2. Análise à Demonstração de Resultados	118
IX. Proposta de Aplicação dos Resultados	122



Handwritten signature and date '23' in blue ink.

I. Enquadramento Legal

Os principais documentos que sintetizam e descrevem a atividade desenvolvida pelo município, no final de cada ano económico, são a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão. A competência para a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, nas autarquias locais, é do órgão executivo, conforme o estipulado na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea i) do artigo 33º, sendo colocadas à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, conforme o preconizado na alínea l), nº2 do artigo 25º da referida lei.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no nº. 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas;
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O documento de prestação de contas tem por objetivos: explicitar os níveis de execução alcançados, procurando referenciar os aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira; apresentar de forma clara e objetiva a situação económica do exercício em análise, bem como efetuar uma análise comparativa da evolução da gestão, nos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

diferentes setores de atividade do município, no que respeita aos investimentos concretizados, às dívidas de curto, médio e longo prazo, financiamento e condições de funcionamento;

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surge da necessidade de rever o modelo de gestão das finanças públicas e visa colmatar um conjunto de fragilidades verificadas no modelo anterior.

A aplicação do SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, designadamente:

- Evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Conferir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- Proporcionar informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados ao Tribunal de Contas e as demais entidades de controlo e supervisão;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '93' and a large signature.

- Proporcionar informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- Alcançar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Com a implementação do SNC-AP, pretende-se alcançar, um conjunto de expectativas, nomeadamente:

- a) Promover a harmonização contabilística e uniformizar procedimentos;
- b) Afastar um sistema contabilístico fragmentado e pouco consistente;
- c) Alcançar a credibilidade das contas publicas, reforçando a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira produzida;
- d) Facilitar o controlo e a avaliação do desempenho dos organismos públicos;
- e) Reforçar a confiança na solidez da Administração Pública.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:

1. A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;



2. A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;
3. A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
4. A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;
5. A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
6. Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.

A análise aos indicadores referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

Na perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2023, o património municipal, o passivo, a origem da



formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
 - da Receita;
 - da despesa;
 - das Grandes Opções do Plano.
- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Caracterização da entidade;
- Certificação Legal de Contas;
- Demonstração das alterações no Património Líquido;
- Demonstração de desempenho orçamental;
- Anexo às demonstrações orçamentais.

Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2023.



II. Organização municipal e recursos humanos

As competências da administração municipal são as definidas para o órgão executivo e respetivo presidente nos termos da lei, nomeadamente as previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, contando com o apoio instrumental da organização de diversas Unidades e Serviços.

O Município de Mogadouro, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, e nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente da educação, património, cultura, desporto, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, ordenamento do território entre outras, em 31 de dezembro de 2023, contava com 205 trabalhadores, e 32 provenientes da transferência do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas.

Comparativamente ao ano de 2022, o saldo entre o número de entradas e saídas de efetivos, é positivo em 24 unidades, na medida em que se registaram 35 novas entradas, por procedimento concursal. Quanto ao número de saídas no total de 11, ocorreram maioritariamente por motivo de aposentação.

Do total de 205 trabalhadores do Município, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional com 112 efetivos (54,63%), assistente técnico com 47 efetivos (22,93%), e técnico superior com 35 efetivos (17,07%).

Considerando o pessoal dos Gabinetes da Presidência e Vereação (3) registam-se 114 do género masculino e 91 do género feminino, sendo que o



escalão etário onde se regista o maior número de trabalhadores é o de 60 aos 64 anos com 40 efetivos, logo seguido do escalão dos 40 aos 44 anos com 34, dos 55 aos 59 anos com 33, e dos 45 aos 49, com 31 efetivos.

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2023, foram ministradas um total de 213 horas de formação interna e externa.

III. Reporte Financeiro

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.



A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Cabe neste capítulo, fazer uma análise destes três tipos de contabilidade (orçamental, financeira e de gestão), destacando as diferenças existentes entre os valores relativos a rendimentos e gastos, o que corresponde à contabilidade financeira e das receitas e despesas que corresponde à contabilidade orçamental.

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2023, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

1. Análise orçamental

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A demonstração de desempenho orçamental é um mapa que espelha os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem.

Os valores de operações de tesouraria demonstram montantes retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a



rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

O controlo dos fluxos financeiros anual é condicionante da gestão da Autarquia e tem a vantagem de eliminar riscos de desequilíbrio decorrentes de projeções orçamentais demasiado otimistas, não deixando de provocar também alguns constrangimentos, nomeadamente diminuindo as possibilidades do planeamento a longo prazo em função da real expectativa de receita.

Parece-nos que as aludidas dificuldades não farão sentido em Municípios com a situação financeira equilibrada, como tem vindo a ser o caso do Município de Mogadouro.

Nos capítulos seguintes será efetuada uma análise do desempenho orçamental, financeiro, económico e de gestão, com base nas peças de execução orçamental e relato financeiro, ao exercício económico de 2023, com destaque para os principais indicadores, efetuando-se a adequada comparabilidade com exercícios anteriores.

Quanto à receita, esta deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. Só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.



Já a despesa deve obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação.

Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais, são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2023, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas



arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

Sem prejuízo dos modelos de demonstrações orçamentais relativas ao exercício de 2023, a seguir se apresenta uma análise às principais dimensões da execução da contabilidade orçamental.



Resumo do orçamento

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para 2023, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro seguinte:

RESUMO DO ORÇAMENTO - INICIAL			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	13.756.039,00€	Correntes.....	13.638.788,00€
De Capital.....	12.666.844,00€	De Capital.....	12.784.095,00€
Total Geral	26.422.883,00	Total Geral	26.422.883,00€

Na sequência das necessárias, adequadas e legais alterações orçamentais produzidas durante a sua execução, resultou o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro infra:

RESUMO DO ORÇAMENTO - corrigido			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	14.702.039,00€	Correntes.....	14.476.788,00€
De Capital.....	8.223.028,92€	De Capital.....	13.146.095,00€
Outras a).....	4.697.815,08€		
a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência do exercício anterior			
Total Geral	27.622.883,00	Total Geral	27.622.883,00€



Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro representado a seguir.

Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente as despesas, é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Designação	Orçamento 2023		Execução Líquida(c)	Desvio (b)-(c)	Grau de Execução (%)
	Inicial(a)	Final(b)			
Receitas	26.422.883,00	27.622.883,00	25.919.726,37	1.703.156,63	93,83%
Correntes	13.756.039,00	14.702.039,00	14.661.490,29	40.548,71	99,72%
Capital	12.666.844,00	8.223.028,92	6.560.421,00	1.662.607,92	79,78%
Outras	-	4.697.815,08	4.697.815,08	0,00	100,00%
Despesas	26.422.883,00	27.622.883,00	22.243.448,25	5.379.434,75	80,53%
Correntes	13.638.788,00	14.476.788,00	12.840.195,25	1.636.592,75	88,70%
Capital	12.784.095,00	13.146.095,00	9.403.253,00	3.742.842,00	71,53%

Face aos valores globais apresentados, verifica-se uma execução equilibrada entre a receita e a despesa, sendo que a execução global da receita traduz **93,83%**, garantindo o exigido no n.º 3 do art.º 56.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, uma taxa de execução não inferior a **85%**, em dois exercícios consecutivos.

A despesa paga totalizou **22.243.448,25€**, traduzindo uma execução de **80,53%** e um acréscimo de 3.995.481,06€, o que corresponde a **21,9%**, face ao ano de 2022.



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 1.821.295,04 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2023 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 2.842.832,00 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.

Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	5.730.958,70€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	22.243.448,25€
Execução Orçamental	4.692.069,87€	Correntes	12.840.195,55€
Operações de Tesouraria	1.038.888,83€	Capital	9.403.253,00€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	21.227.656,50€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	935.681,62€
Correntes	14.661.490,29€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	4.233.201,38€
Capital	6.560.421,00€	Execução Orçamental	3.676.278,12€
Outras	5.745,21€	Operações de Tesouraria	556.923,26€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	453.716,05€		
TOTAL	27.412.331,25€	TOTAL	27.412.331,25€



Assim, como se constata, no ano 2023, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 27.412.331,25 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2024 (gerência seguinte) no valor total de 4.233.201,38 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 3.676.278,12 euros e operações de tesouraria o valor de 556.923,26 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2023. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2024 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

A título de **Operações de Tesouraria** foram recebidos, durante o ano de 2023, o valor de 453.716,05€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 1.038.888,83€. Saíram para as diversas entidades 935.681,62€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 556.923,26€.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. G. J.', 'R. J.', and 'pa'.

receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas catorze alterações permutativas e uma alteração modificativa ao Orçamento da Receita e trinta e uma alterações permutativas e duas alterações modificativas ao Orçamento da Despesa.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, registou ao longo do ano duas alterações modificativas e 25 alterações permutativas e o Plano de Atividades Municipais 27 alterações permutativas e uma alteração modificativa.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 27.622.883,00€, dos quais foram cabimentados 26.899.855,62€, comprometidos 26.893.023,92€ e faturados 12.453.290,43€. Destes foram pagos 22.243.448,25€.



1.1. Receita

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas**, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente “RNAP”, abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo considerada receita orçamental.

A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

A Receita total cobrada bruta totalizou **25.938.083,43€**, sendo que **227.492,17€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município.

A receita total cobrada líquida, deduzida dos reembolsos e restituições ocorridos, no valor de **18.357,06€**, totalizou **25.919.726,37€**.

Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **266.449,36€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **93,8%**.

No ano de 2023, **não considerando o saldo da gerência anterior**, a receita cobrada atingiu os 21.246.013,56 euros, verificando-se um aumento 3.710.221,19 euros face ao ano de 2022.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

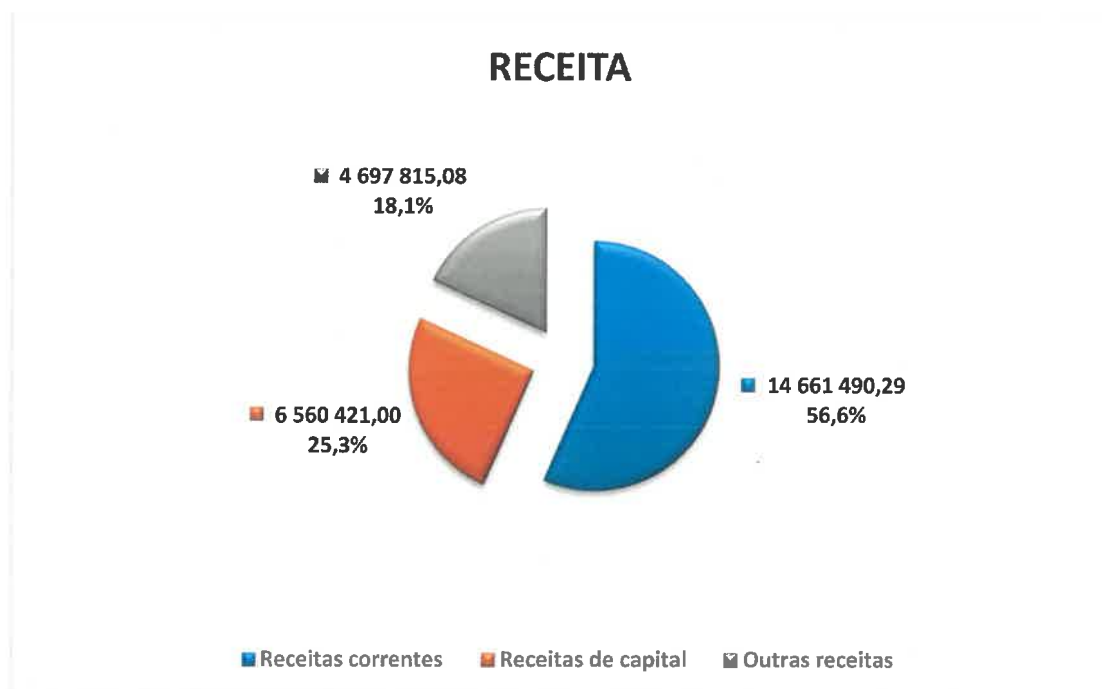
Decompondo a receita global, temos que 56,6% dizem respeito a receitas correntes, 25,3% se referem a receitas de capital e 18,1% a outras receitas. Nas primeiras, assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se a venda de bens e serviços correntes e os impostos diretos, três rubricas que por si só representam 51,26% das receitas totais cobradas (saldo da gerência anterior incluído).

No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 99,7%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 79,8%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 88,7% na corrente e 71,5% na de Capital.

O Orçamento para 2023 apresentava um valor de 26.422.883,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado para 27.622.883,00 euros, resultando da sua desagregação, os valores de 14.702.039,21€ nas receitas correntes e que sofreram um aumento de 946.000,12 euros, 8.223.028,92€ nas receitas de capital que tiveram uma variação de 4.443.814,08 euros, e 4.697.815,08€ nas outras receitas, resultante de alteração modificativa ao orçamento pela inclusão do saldo da gerência anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

1.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.



Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

Receitas - 2022

Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	12.859.969,00 €	13.855.672,21 €	13.826.767,54 €	99,80%
Capital	10.683.310,00 €	5.276.094,60 €	3.702.421,17 €	70,20%
Outras	0,00 €	5.411.512,19 €	5.410.848,35 €	100,00%
TOTAL	23.543.279,00 €	24.543.279,00 €	22.940.037,06 €	93,50%



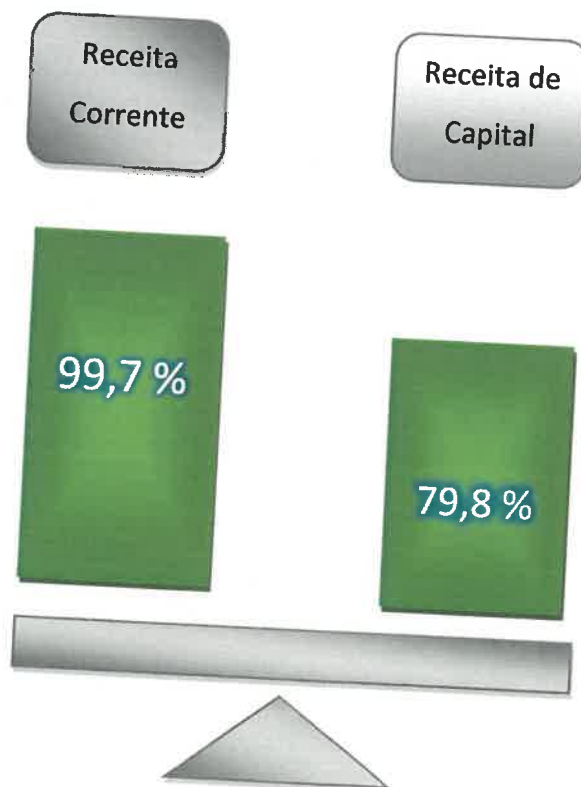
[Handwritten signature]

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, registra-se um aumento considerável na receita corrente no valor de 834.722,75€, e ainda maior na receita de capital, com um aumento de 2.857.999,83 euros.

A taxa de execução global da receita, incluindo o valor do saldo da gerência anterior é de 93,80%, significando que o total da receita aumentou em 2.979.689,31 euros em valor e também 12,99 em percentagem de execução, comparativamente ao ano anterior.

Na receita corrente, o valor é superior e taxa de execução é inferior em uma décima, já na receita de capital, tanto o valor como a taxa de execução, são muito superiores ao ano de 2022, conforme retratado no esquema seguinte.

Taxas de Execução da Receita - 2023





931
[Handwritten signature]

1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

RECEITAS CORRENTES

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 14.661.490,29€ e em regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2022, houve uma variação positiva de 6,04%, no total das receitas correntes cobradas, verificando-se um maior valor arrecadado em todas as rubricas com exceção das transferências correntes que baixaram 1.120,66 euros.

Descrição	2023				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
IMPOSTOS DIRETOS	1.061.918,00 €	1.061.225,48 €	7,24	4,09	99,93
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	704.905,00 €	704.808,09 €	4,81	2,72	99,99
Imposto Único de Circulação	202.203,00 €	202.113,96 €	1,38	0,78	99,96
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	154.750,00 €	154.303,43 €	1,05	0,59	99,71
Impostos Abolidos e outros	40,00 €	0,00 €	-	-	-
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	267.598,00 €	257.169,50 €	1,75	0,99	96,10
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	820.721,00 €	820.054,05 €	5,59	3,16	99,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.791.997,00 €	10.783.094,54 €	73,55	41,60	99,92
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.812.668,00 €	8.812.668,00 €	60,11	34,00	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	126.339,00 €	126.339,00 €	0,86	0,49	100,00
Participação Fixa no IRS	156.294,00 €	156.294,00 €	1,07	0,60	100,00
Participação no IVA	62.384,00 €	62.383,80 €	0,43	0,24	100,00
Transferência de competências	907.226,00 €	906.443,00 €	6,18	3,50	99,91
Outras	727.086,00 €	718.966,74 €	4,90	2,77	98,88
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	1.459.754,00 €	1.441.988,59 €	9,84	5,56	98,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.051,06 €	297.958,13 €	2,03	1,15	99,30
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14.702.039,00 €	14.661.490,29 €	100,00	56,55	99,72



Neste grupo distinguem-se com larga vantagem, as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 8.812.668,00 euros.

Mais uma vez, de acordo com o quadro anterior, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 73,55% do total das Receitas Correntes e 41,60% do total geral, muito longe de todos os outros conjuntos de receita.

Em termos relativos, o aumento das receitas próprias em 2023 resulta do crescimento generalizado em todos os grupos de receita com as receitas provenientes dos impostos diretos a crescerem 1,39%, as taxas, multas e outras penalidades 39,21%, os rendimentos de propriedade 27,21%, a venda de bens e serviços 37,07% e as outras receitas correntes a registarem o crescimento de 160,27% enquanto as transferências correntes registam um decréscimo de 0,01%, quando comparados com os registados em 2022.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas pela administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.



IMPOSTOS DIRETOS

Da análise da evolução da receita própria, proveniente de Impostos Diretos cobrados, verificamos que representam 7,24% do total das receitas correntes, e 4,09% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 99,93%, o que equivale a um ligeiro acréscimo de 1,39% no decurso do exercício de 2023 face a 2022 como atrás referido, equivalente a 14.527,95 euros, conforme detalhe que se segue.

Descrição	2023	2022	Var. €	Var. %
	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	1.061.225,48	1.046.697,53	14.527,95	1,39
- Imposto Municipal s/ Imóveis	704.808,09	697.259,38	7.548,71	1,08
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	202.113,96	161.218,96	40.895,00	25,37
- Imposto Único de Circulação	154.303,43	188.219,19	-33.925,76	-18,02
- Outros abolidos por lei	0,00	0,00	0,00	

Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este conjunto revela uma execução de 25 7.169,50 euros, correspondendo a 1,75% da receita corrente total e um grau de execução de 96,1% e engloba a cobrança de várias taxas. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.



Com maior destaque, cabe aqui a rubrica do saneamento, com o valor nominal de 137.068,59 euros que registou um acréscimo de 44.605,83 euros e representa 53,3% do total, as taxas de loteamento e obras, o valor de 43.183,16 euros, aos mercados e feiras o valor de 21.503,00 euros, cabendo à cobrança de outras taxas diversas, o valor de 38.627,75 euros, o valor restante deste grupo.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo, regista um acréscimo de 27,21% e 175.408,33 euros, face a 2022, apresentando no final de 2023 um total de 820.054,05 euros.

Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da Movhera e E-Redes, Distribuição de Eletricidade, S.A. pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Este acréscimo deve-se essencialmente ao facto de no ano em análise, ter dado entrada, a renda de concessão relativa ao IV trimestre de 2022.

Este capítulo regista uma taxa de execução de 99,92%, contribuindo assim com 5,59%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações das Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

Descrição	2023	2022	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Taxas, Multas e O. Penalidades	257.169,50	184.735,42	72.734,08	39,21
Rendimentos de Propriedade	820.054,05	644.645,72	175.408,33	27,21



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2023.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM, IRS, a participação no IVA e Transferência de Competências de acordo com a Lei 50/2018). Verifica-se um decréscimo no FEF – Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 137.756,00 euros, correspondente a 1,54%. Quanto ao valor do Fundo Social Municipal, registou um aumento de 3.258 euros que corresponde a mais 2,65%, a participação fixa no IRS, aumentou face ao ano 2022 a percentagem de 6,94% e o equivalente a 10.150,00 euros. Quanto à participação no IVA, regista também um acréscimo de 18.080,38 euros, equivalente a mais 40,81% e o maior crescimento verificou-se no valor da Transferência de Competências do Estado na área da Educação, com mais 321.169,41 euros, o que corresponde a um acréscimo de 54,88%, justificado essencialmente porque em 2022 esta transferência começou a ser feita, apenas no mês de Abril.

Na rubrica “Serviços e Fundos Autónomos” com 292.133,43 euros, são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade e ainda o valor pelo programa PEPAL e Cultura para todos,



93- fw
[Signature]

transferido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no valor de 139.704,49 euros.

As transferências correntes em 2023 com um total de 10.783.094,54 euros, tiveram uma diminuição global de 0,01% em relação ao ano transato, o equivalente a 1.120,66 euros, conforme mapa que se segue.

Descrição	2023	2022	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	10.783.094,54	10.784.215,20	-1.112,66	-0,01
Empresas Públicas	264.700,00	264.500,00	200,00	0,08
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.812.668,00	8.950.424,00	-137.756,00	-1,54
FSM - Fundo Social Municipal	126.339,00	123.081,00	3.258,00	2,65
Participação Fixa no IRS	156.294,00	146.144,00	10.150,00	6,95
Participação no IVA	62.383,80	44.302,62	18.081,18	40,81
Transferência de Competências	906.443,00	585.273,59	321.169,41	54,88
Outros	146.763,23	468.211,02	-321.447,79	-68,65
Serviços e Fundos Autónomos	292.133,43	190.429,45	101.703,98	53,41
Segurança Social	15.370,08	11.849,52	3.250,56	29,71

A rubrica "Outros" regista uma redução considerável em relação ao ano anterior, por troca das receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares que este ano apenas creditaram o valor de 600,47 euros, que passaram a ser por transferência de competências, estando agora aqui refletidos os valores provenientes do Ministério da Administração Interna (644,67€) para o recenseamento eleitoral, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (11.685,00€) destinado ao apoio para elaboração da



9-3
[Handwritten signature]

estratégia local de habitação, do Instituto de Conservação da Natureza, I.P. (24.579,74€) para funcionamento dos gabinetes técnicos florestais.

Da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. foram recebidos 109.253,35€, para financiamento do projeto designado por Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (73.138,44€), medidas publicas de emergência para conter e limitar a pandemia do COVID 2019 (2.621,78€), para a melhoria de qualidade de vida em Mogadouro (8.833,86€) e também o valor de 23.065,49€ destinados a financiar os conteúdos do Parque das Feiras.

O valor registado na “Empresas Públicas”, diz respeito a transferências provenientes da MOVHERA – Hidroelétricas do Norte, S.A., pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (264.700,00€), e o da rubrica “Sistema de Solidariedade e Segurança Social”, do Instituto da Segurança Social, I.P. com 15.370,08€ para funcionamento do CPCJ, com valores ligeiramente superiores aos registados no ano anterior.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados, o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.



Descrição	2023	2022	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	1.411.988,59	1.051.993,71	389.994,88	37,07
Mercadorias	6.387,37	9.199,05	-2.811,68	-30,56
Produtos acabados intermédios-Água	332.967,36	296.133,27	36.834,09	12,44
Serviços sociais, recreativos e culturais	103.864,76	73.963,76	29.901,00	40,27
Serviços específicos das autarquias	906.228,47	618.913,87	287.314,60	46,42
Rendas	64.383,83	40.307,68	24.076,15	59,73
Outros	28.156,80	13.476,08	14.680,72	108,94

Estas receitas, tiveram no seu conjunto um acréscimo de 37,07%, face ao ano de 2022, correspondente ao valor de 389.994,88 euros, totalizando 1.411.988,59 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 98,78%.

Como se pode verificar pelo mapa supra, com a exceção da rúbrica “Mercadorias”, todas as outras tiveram um aumento considerável.

As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rúbricas “Transportes” e “Creches e Refeitórios” que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação à primeira, ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação à segunda.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 297.958,13€, sendo que 96,67%, diz respeito ao IVA reembolsado

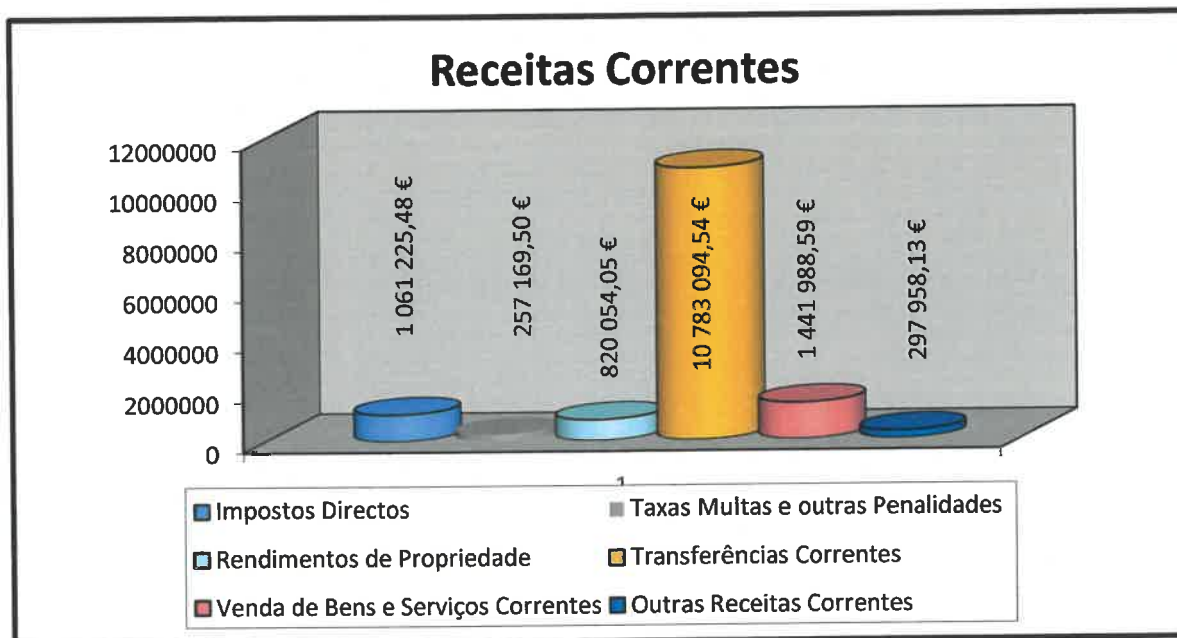


[Handwritten signatures]

(288.040,88€) e o restante, a receitas diversas no montante 9.917,25€, relativas a revalidações de cartas de condução, a indemnizações pagas por companhias de seguros e o reembolso do pagamento de custas judiciais.

Este agregado teve uma execução de 99,3% face aos valores previstos e uma variação positiva de 160,27% comparativamente ao ano de 2022, e que representa 183.478,17 euros.

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de caráter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 79,78% face à receita de capital corrigida.

A participação comunitária em projetos financiados, destaca-se neste grupo, atingindo 4.215.437,25 euros e uma taxa de execução de 81,58%.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2023				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Venda de bens de investimento	83.434,00 €	17.304,38 €	0,26	0,07	19,57
Transferências de capital	8.138.494,92€	6.543.116,62 €	99,74	25,24	80,40
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Outras receitas de capital	1.100,00 €	0,00 €	0,00	0,	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8.223.028,92 €	6.560.421,00€	100,00	25,31	79,78%



As receitas de capital cobradas, tiveram um acréscimo de 77,19% em relação ao ano de 2022, justificado essencialmente pelo valor recebido dos fundos comunitários.

Venda de Bens de Investimento

Esta rubrica registou o valor de 17.304,38 euros, correspondentes à venda de 4 lotes de terreno da Zona Industrial.

Transferências de Capital

Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado – FEF Capital que foi de 979.185,00 euros, a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 1.147.850,00 euros e também e pela primeira vez o valor de 5.015,00 euros para participação nas Transferências de Competências na componente de capital.

Ainda nesta rubrica, a participação dos projetos através de fundos comunitários no valor 4.215.437,25 euros, distribuídos da forma a seguir indicada:

- Rede de Castros - Castelo de Vilarinho dos Galegos – 75.393,88 euros;
- Reabilitação de habitações sociais do antigo bairro do FFH e eficiência energética - 567.710,61 euros;
- Reabilitação do edifício Escola Preparatória Trindade Coelho – Adaptação da Cantina Escolar – 807.202,18 euros;
- Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro – 318.757,43 euros;



- Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – 524.826,22 euros;
- Repavimentação de Arruamentos de Vale de Porco – 351.695,57 euros;
- Repavimentação de Arruamentos de Sanhoane – 241.592,10 euros;
- Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro expansão da III fase do loteamento industrial de Mogadouro – 145.310,48 euros;
- Remodelação da rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Castelo Branco – 2.157,58 euros;
- Recinto de valorização e promoção dos produtos do território – 557.459,59 euros;
- Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos – 623.331,61 euros.

Os **Fundos Comunitários**, recebidos em 2023, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 16,26% da receita total, sendo superior em 1.979.370,89 euros em relação ao ano anterior.

Ainda dentro das transferências de capital, regista-se o valor de 195.629,37 euros provenientes do Fundo do Baixo Sabor, para participação nas obras de Repavimentação de Arruamentos em Remondes em 175.288,24€ e o projeto da obra Sabor Lake Resort com 20.341,13 euros.



Handwritten signature and date: 9-3-23

Outras Receitas de Capital

Este agrupamento de receitas não regista qualquer movimento.

Também as restantes rubricas que compõem este grupo “Receitas de Capital”, não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.



Analisando a receita a título de **Fundos Estruturais** verificamos que o ano em análise com 4.215.437,25€ apresenta o maior valor dos últimos 10 anos, sendo que o mais próximo que corresponde ao ano de 2021 é de apenas 61,08% daquele. Este facto resulta essencialmente do forte investimento levado a cabo durante o ano em análise e conseqüente recebimento da percentagem financiada, que poderia ser ainda superior caso nos tivessem pago os valores finais das obras concluídas há um tempo considerável.



RECEITA TOTAL

Descrição	2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	12.825.617,35	73,17	13.826.767,54	78,88	14.661.490,29	69,09
Receita Capital	4.702.433,30	26,83	3.702.421,17	21,12	6.560.421,00	30,91
Total de Receitas	17.528.050,65	100	17.529.188,71	100	21.221.911,29	100

Não considerando o saldo do ano anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos, verificamos que o valor registado este ano é superior ao registado no ano de 2022 em 3.692.722,58 euros.

1.2. Despesa

A **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Neste relatório vamos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

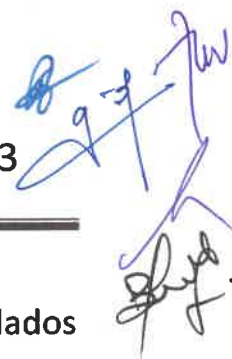


Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.

Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e uma outra para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.

Assim, verificamos que a taxa de execução alcançada na despesa foi de **80,53%** e o valor pago foi de **22.243.448,25** euros, revelando então um acréscimo de **21,9%**, correspondente ao valor de **3.995.481,06** euros face ao ano de 2022.

Tendo em conta o saldo transitado para o ano de 2024, como se verá a seguir, o atraso na concretização de alguns projetos como já referido, impediram um melhor desempenho em termos globais, não sendo portanto pela capacidade financeira que não se atingiram melhores taxas de execução.

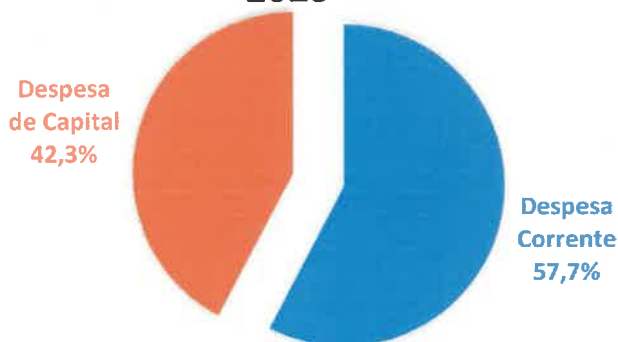


Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano em análise.

DESPESAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2023	Correntes	13.638.788,00	14.476.788,00	12.840.195,25	88,70%
	Capital	12.784.095,00	13.146.095,00	9.403.253,00	71,53%
	Total	26.422.883,00	27.622.883,00	22.243.448,25	80,53%
2022	Correntes	12.261.765,00	13.261.765,00	10.480.766,65	79,03%
	Capital	11.281.514,00	11.281.514,00	7.767.200,54	68,85%
	Total	23.543.279,00	24.543.279,00	18.247.967,19	74,35%

Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente

ESTRUTURA DA DESPESA 2023



melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas



correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 12.840.195,25 euros, atingindo uma taxa de execução de 88,7%, enquanto as despesas de capital foram de 9.403.253,00 euros e uma taxa de execução de 71,53%.

Da análise comparativa destes valores com os de 2022, verifica-se que a variação é positiva nas duas vertentes, com especial ênfase na de corrente, apresentando assim o aumento de 2.359.428,60€ nas despesas correntes e 1.636.052,46€ nas despesas de capital.

As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 57,73%, ou seja, mais 0,43% que ano anterior, representando as despesas de capital um peso de 42,27%, contra os 42,57% do ano anterior, o que significa um maior equilíbrio entre as duas componentes.

Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa. Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado, ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte,



apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2023, atingiram 4.233.201,38 euros, desagregados em execução orçamental 3.676.278,12 euros e em operações de tesouraria, o valor de 556.823,26 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 25.919.726,37 euros e uma percentagem de execução de 93,83%.

Descrição	2023				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
Despesas Correntes					
DESPESAS COM PESSOAL	5.303.757,00	4.979.855,36	38,78%	22,39%	93,89%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	6.545.428,00	5.332.572,54	41,53%	23,97%	81,47%
Aquisição de Bens	1.275.650,00	1.043.304,69	8,13%	4,69%	81,79%
Aquisição de Serviços	5.269.778,00	4.289.267,85	33,40%	19,28%	81,39%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	3.510,00	2.389,50	0,02%	0,01%	68,08%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	2.573.686,00	2.483.292,14	19,34%	11,17%	96,49%
SUBSÍDIOS	100,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	50.310,00	42.085,71	0,33%	0,19%	83,65%
TOTAL DESP. CORRENTES	14.476.788,00	12.840.195,25	100,00%	57,73%	88,70%

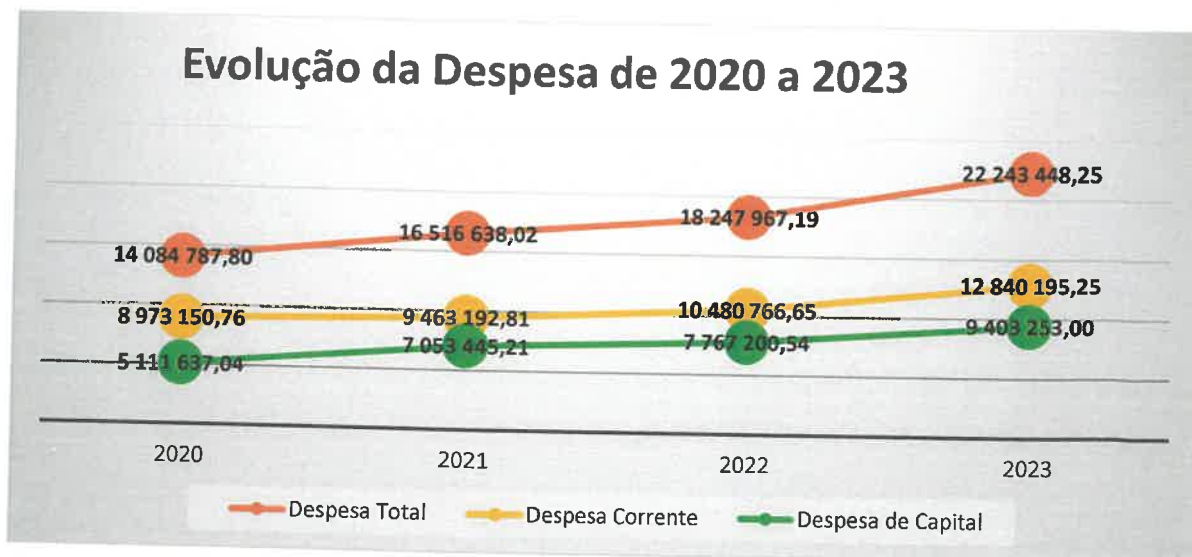
O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi superior ao valor apresentado em 2022 num total de 2.359.428,70€ correspondente a um acréscimo de 22,51%, e uma taxa de execução de 87,70% e traduzido em 57,73% da despesa total.



[Handwritten signatures and initials]

Descrição	2023	2022	Variação €	Variação %
	Despesa Paga	Despesa Paga		
Despesa Corrente				
DESPESAS COM PESSOAL	4.979.855,36	3.996.198,19	983.657,17	24,61
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	5.332.572,54	4.306.034,66	1.026.537,88	23,84
Aquisição de Bens	1.043.304,69	896.034,62	147.270,07	16,44
Aquisição de Serviços	4.289.267,85	3.410.000,04	879.267,81	25,78
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.389,50	1.258,48	1.131,02	89,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.483.292,14	2.110.437,98	372.854,16	17,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.085,71	66.837,24	-24.751,33	-37,03
TOTAL DESPESA CORRENTE	12.840.195,25	10.480.766,65	2.359.428,70	22,51

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:



Conforme resulta da análise do gráfico supra, constatamos um aumento progressivo nos últimos quatro anos, com o ano de 2023 a registar o montante geral mais elevado em todos os itens.



1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2023, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

Estrutura	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	63,7%	57,3%	57,44%	57,73%
Despesas com pessoal	25,1%	21,99%	21,90%	22,39%
Aquisição de bens e Serviços	27,4%	24,50%	23,60%	23,97%
Juros e outros encargos	0%	0,01%	0,01%	0,01%
Transferências Correntes	10,7%	10,51%	11,56%	11,17%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	0,5%	0,29%	0,37%	0,19%
DESPESAS DE CAPITAL	36,3%	42,70%	42,56%	42,27%
Aquisição de bens de capital	32,4%	38,88%	39,98%	40,69%
Transferências de capital	1%	2,30%	1,92%	1,09%
Ativos financeiros	0,1%	0%	0,07%	0%
Passivos financeiros	2,8%	1,52%	0,59%	0,49%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
TOTAL DA DESPESA	100%	100%	100%	100%



DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 10,04%, que correspondem ao valor de 364.665,55 euros.

Descrição	2023	2022	Variação	Variação
Despesas Correntes	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	€	%
Despesas com Pessoal	4.979.855,36 €	3.996.198,19 €	983.657,17 €	24,61
Remunerações Certas e Permanentes	3.783.886,41 €	3.037.701,65 €	746.184,76 €	24,56
Abonos Variáveis ou Eventuais	150.706,93 €	109.943,27 €	40.763,66 €	37,08
Segurança Social	1.045.262,02 €	848.553,27 €	196.708,75 €	23,18

As **“remunerações certas e permanentes”** são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação positiva de 746.184,76€ relativamente a 2022.

Os **“abonos variáveis ou eventuais”** registaram um acréscimo de 40.763,66 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Também a rubrica da Segurança Social, relacionada com os agregados anteriores, regista um aumento na despesa no valor de 196.708,75 euros em relação a 2022, sendo que foram os encargos com as contribuições para a segurança social, a rúbrica que maior aumento sofreu.



Neste agregado são contabilizadas as despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que os Municípios ao contrário da Administração Central, suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas, sendo que as contribuições ou pagamento dos funcionários para a ADSE de 3,5% do vencimento são arrecadados pela própria ADSE.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da “**Aquisição de bens e serviços**”, que representaram 41,53% deste tipo de despesa e 23,97% da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população em geral.

Descrição	2023	2022	Variação	Variação
Despesas Correntes	Despesa Paga	Despesa Paga	€	%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.332.572,54€	4.306.034,66€	1.026.537,88	23,84
Aquisição de Bens	1.043.304,69€	896.034,62€	147.270,07	16,44
Combustíveis e Lubrificantes	375.542,88€	296.613,29€	78.929,59	26,61
Limpeza e Higiene	32.423,67€	29.569,97€	2.853,70	9,65
Alimentação – refeições confeccionadas	21.147,15€	22.658,38€	-1.511,23	-6,67
Alimentação – Géneros p/ confeccionar	148.267,55€	103.088,59€	45.178,96	43,83
Vestuário e artigos pessoais	9.993,80€	21.722,02€	-11.728,22	-53,99



Prestação de contas 2023

Handwritten signature and initials in blue ink.

Material de escritório	42.415,95€	33.641,28€	8.774,67	26,08
Produtos Químicos e farmacêuticos	51.830,97€	40.156,06€	11.674,91	29,07
Material de consumo clínico	0€	2.491,00€	-2.491,00	0
Material de Transporte - Peças	14.462,86€	19.116,28€	-4.653,42	-24,34
Material de consumo hoteleiro	7.084,59€	34.479,17€	-27.394,58	-79,45
Outro material - Peças	2.249,34€	4.298,75€	-2.049,41	-47,67
Prêmios condecorações e ofertas	117.678,32€	93.459,06€	24.219,26	25,91
Mercadorias para venda - Água	11.507,85€	14.426,34€	-2.918,49	20,23
Ferramentas e utensílios	12.201,74€	6.945,82€	5.255,92	75,67
Artigos honoríficos e de decoração	2.095,92€	0€	2.095,92	100
Material educação, cultura e recreio	20.981,81€	13.586,65€	7.395,16	54,43
Outros	173.420,29€	159.781,36€	13.638,93	8,54
Aquisição de Serviços	4.289.267,85€	3.410.000,04€	878.267,81	25,79
Encargos de Instalações	824.721,83€	323.046,94€	501.674,89	155,29
Limpeza e higiene	725.836,60€	687.046,06€	38.790,54	5,65
Conservação de bens	376.977,55€	266.640,42€	110.337,13	41,38
Locação de Edifícios	30.000,00€	30.000,00€	0,00	0
Locação de outros bens	172.422,75€	107.404,82€	65.017,93	60,54
Comunicações	112.073,89€	131.865,41€	-19.791,52	-15,01
Transportes	416.120,22€	405.312,92€	10.807,30	2,67
Representação de serviços	11.443,10€	9.165,46€	2.277,64	24,85
Seguros	63.876,05€	54.492,03€	9.384,02	17,22
Deslocações e estadas	282,50€	164,00€	118,50	72,26
Estudos, pareceres e consultadoria	262.935,09€	181.947,71€	80.987,38	44,51
Formação	8.633,70€	6.321,26€	2.312,14	36,58
Seminários, exposições e similares	1.174,90 €	1.350,31€	-175,41	12,99
Publicidade	154.227,33€	121.453,41€	32.773,92	26,98
Vigilância e segurança	59.237,02€	56.109,89€	3.127,13	5,57
Assistência técnica	44.717,71€	52.624,69€	-7.906,98	-15,03
Outros trabalhos especializados	234.948,62€	282.828,61€	-47.879,99	-16,93
Serviços de Saúde	2.143,52€	0€	2.143,52	100
Encargos de cobrança de receitas	39.242,43€	38.195,64€	1.046,79	2,74
Outros Serviços	748.253,04€	654.028,46€	94.224,58	14,41



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O quadro anterior, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2023, cujo valor global atingiu os 5.332.572,54 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa aumentou 1.026.537,88 euros, em termos absolutos e 23,84% em termos relativos.

Relativamente à “Aquisição de Bens”, os pagamentos ascenderam a 1.043.304,69 euros, que aumentaram também em 147.270,07 euros, o que corresponde a 16,44%, em relação a 2022, merecendo especial destaque os valores despendidos com o fornecimento de “Combustíveis e Lubrificantes”, com 375.542,88 euros, seguindo-se os “Outros Bens” com 173.420,29 euros e os “Alimentação – Géneros para confeccionar” com um total de 148.267,55 euros.

Na rubrica “Outros Bens”, está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 66,83% dos valores pagos em 2023, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os “Prémios, condecorações e ofertas” com 117.678,32€ os 51.830,97 euros gastos na rubrica “Produtos Químicos e Farmacêuticos”, os 42.415,85€ com “Material de Escritório” e os 32.423,67 euros com “Limpeza e Higiene”.



Relativamente à rubrica “Aquisição de Serviços”, evidencia despesas totais de 4.289.267,85 euros registando um acréscimo de 25,79% em relação a 2022, o que corresponde a 879.267,81 euros.

Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca desta vez e com um aumento superior a 155%, é a dos “Encargos de instalações”, que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 824.721,83 euros, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações, à EDP.

Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de “Outros Serviços” com um total de 748.253,04 euros, superior a 2022 em 94.224,58 euros.

Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rúbrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 290.715,80€, a prestação de serviços com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 25.613,27€, o serviço de leitura de contadores no valor de 28.227,51 euros, entre outros de menor valor como a Ceia de Natal com 12.012,00 euros ou o pagamento pela presença nas mesas de voto, no valor de 1.712,89 euros.

Surge logo de seguida a despesa com “Limpeza e Higiene” com um total de 725.836,60 euros, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo que regista um ligeiro aumento de 38.790,54€ em relação ao ano anterior.

As despesas com “Transportes”, é também significativa com valor superior em 10.807,30 euros em relação ao ano de 2022, regista um total de 416.120,22 euros, e representa 9,7% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

A “Conservação de bens” com 376.977,55€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos



municipais, quer móveis, quer imóveis, regista também um aumento considerável de 100.337,13€ em relação ao ano anterior e assume aqui neste conjunto o quinto lugar em relação de grandeza de gastos.

Seguem-se os “estudos, pareceres e consultadoria” com o valor de 262.935,71 euros e que englobam essencialmente os custos com o apoio jurídico no valor de 63.850,00 euros, o apoio jurídico na área dos recursos humanos no valor de 11.808,00 euros, nas licenças software no valor de 28.576,00 euros, e ainda a elaboração de vários estudos e projetos com um total de 100.658,79 euros e a avaliação da Barragem com 12.300,00 euros.

A rubrica “outros trabalhos especializados” que totaliza 234.948,62 euros, regista como despesas mais significativas, o pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAS e ETAR’s ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (47.773,64€) e Be Water, (20.724,50€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (10.405,80€), os serviços do aeródromo no valor de 6.000,00€, a prestação de serviços na área do ambiente no valor de 12.960,00€, nos serviços de medicina e higiene no trabalho no valor de 7.560,00 euros, o valor de 31.930,90€ para o desenvolvimento de website e outros trabalhos para promoção de território e valorização dos produtos regionais entre outras de menor dimensão e ainda os 21.806,34 euros gastos com a recuperação do IVA.

O custo com a “Locação de outros bens” com o valor de 172.422,75 euros, destinou-se ao serviço de aluguer de máquinas fotocopiadoras, de tendas ou barracas, dos aparelhos de teleassistência entre vários outros.

Ainda com três dígitos, surgem também os custos com “Publicidade” no valor de com 154.227,33€ e também as “Comunicações” no valor de



131.865,41€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet, tem também alguma importância neste bolo, que no primeiro caso regista aumento e no segundo regista uma diminuição em relação ao ano de 2022.

Há ainda outras rubricas com valores menos significativos, como as despesas com os “Seguros” relativos a equipamentos municipais no valor de 63.876,05€, a “Vigilância e Segurança” destinado à segurança dos edifícios municipais com 59.237,02€, a “Assistência Técnica” com 44.717,71€, destinado essencialmente ao pagamento das despesas com a Medidata e os “Encargos de Cobrança de Receita” que foram de 39.242,43 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2023 com o exercício de 2022, verifica-se relativamente à aquisição de bens, o comportamento expresso a seguir, por rubricas económicas desagregadas, onde a maioria delas registam aumentos significativos:



- Combustíveis e lubrificantes – 26,61%
- Alimentação – Géneros p/ confeccionar– 43,83%
- Prémios, condecorações e ofertas – 25,91%
- Outros bens – 8,54%
- Produtos Químicos e farmacêuticos - 29,07%



Material de consumo hoteleiro – 79,45%
Material de Transporte - Peças – 24,34%
Vestuário e artigos pessoais – 53,99%
Alimentação, refeições confeccionadas – 6,67%

No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2022, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na percentagem e principalmente nos valores, sendo que também aqui, a maioria das rubricas, seguiu a tendência de subida:



Encargos de instalações - 155,29%
Outros Serviços – 14,41%
Limpeza e higiene – 5,65%
Conservação de bens – 41,38%
Transportes – 2,67%



Comunicações – 15,01%
Outros trabalhos especializados – 16,93%
Assistência Técnica - 15,03%
Seminários, exposições e similares - 12,99%

**Quadro dos últimos 4 anos:**

Descrição	2020	2021	2022	2023
Aquisição de Bens	767.207,58	851.462,56	896.034,62	1.043.304,69
Aquisição de Serviços	3.092.079,10	3.195.525,40	3.410.000,04	4.289.267,85
Total	3.859.286,68	4.046.987,06	4.306.034,66	5.332.572,54

JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação positiva de 1.131,02 euros, o que corresponde a 89,87% e referem-se aos encargos com garantias bancárias e 1.079,69€ de juros de empréstimo de médio e longo prazo, totalmente amortizado no ano em análise.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2023	2022	Variação €	Variação %
	Despesa paga	Despesa paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2 483 292,14	2 110 437,98	372 854,16	17,67
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	173 443,27	0,00	173 443,27	100
Administração Central Estado	11 535,65	5 767,83	5 767,82	100
Administração Local	1 054 953,92	991 283,15	63 670,77	6,42
Municípios	30 283,55	28 801,13	1 482,42	5,15
Freguesias	447 436,42	439 439,82	7 996,60	1,82
Associação de Municípios	577 233,95	523 042,20	54 191,75	10,36
Segurança Social	58 487,36	62 312,60	-3 825,24	-6,14
Instituições Sem Fins Lucrativos	539 640,15	418 882,91	120 757,24	28,83
Famílias	645 213,79	632 191,49	13 022,30	2,06



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '93'.

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2023, totalizaram 2.483.292,14 euros, valor superior ao do ano anterior em 17,67%, o que corresponde ao valor de 372.854,16 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, o apoio à criação de emprego bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades e ainda a rúbrica famílias, que integra os Programas Ocupacionais.

Esta rubrica corresponde a 19,34 % da despesa corrente paga, e a 11,16 % da despesa total, e teve uma execução de 96,49 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento considerável na maioria das rúbricas e principalmente no global, verificando-se apenas uma redução ligeira na rúbrica da Segurança Social.

Pelo segundo ano consecutivo, a maior fatia foi entregue às “Famílias” que absorve 645.213,79 euros, subido em relação ao ano anterior o valor de 13.022,30€. Aqui cabem, para além dos contratos de emprego e inserção no valor de 204.147,99 euros, também as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 127.672,92€, apoio esse e pela primeira vez de 100% sobre o valor pago pelos produtores, no apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres no valor de 154.241,70€, no apoio à natalidade o valor de 44.960,64€, no apoio à aquisição de livros e fichas escolares, o valor 27.440,34€,



[Handwritten signature]

no apoio à compra de medicamentos o valor de 21.304,54€, entre outros como o fundo de emergência para onde foram canalizados 60.679,34 euros.

Logo a seguir surgem as Associações de Municípios com o montante global de 577.233,95€, que regista um aumento de 54.191,75€ em relação ao ano de 2022, e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte. O valor transferido destina-se essencialmente da compensação dos transportes escolares, que agora é gerida através da Comunidade Intermunicipal de Trás-Os-Montes, e que absorve 335.614,14 euros do total, para além do custo de funcionamento das associações a que pertencemos.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 447.436,42 euros, valor superior ao de 2022 em 7.996,60 € e que corresponde à terceira maior fatia deste agregado.

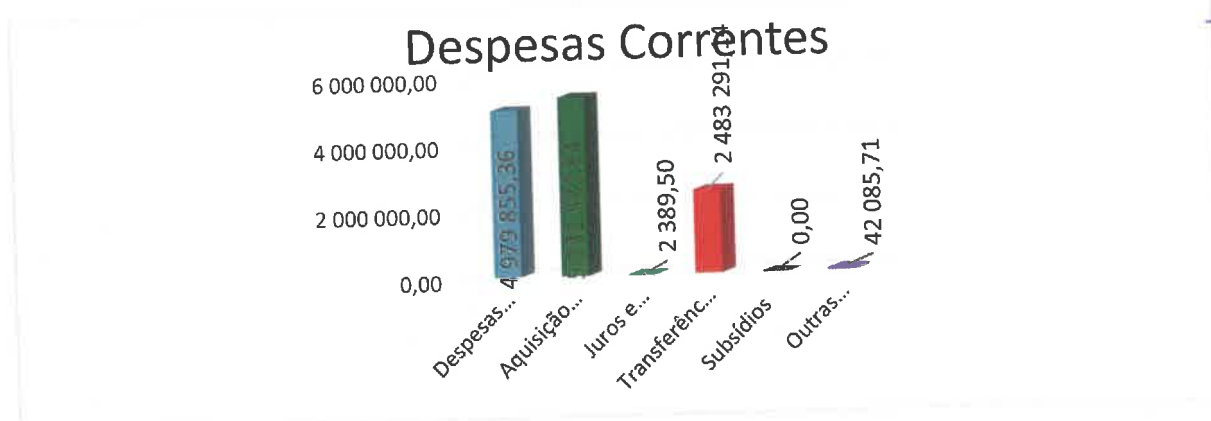
As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 539.640,15 euros e que regista também um grande aumento de 120.757,24€ face ao ano anterior.

Foram ainda pagos 30.283,55€ ao Município de Vimioso para gestão do Canil Intermunicipal, valor superior em 1.482,42€ em relação ao último ano.

As Despesas Correntes, no valor global de 12.840.195,25€, representam 57,73% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rubricas agregadas no gráfico que se segue:



Handwritten signatures and initials in blue ink.



DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2023, o valor final orçamentado foi de 13.146.095,00€, dos quais foram pagos 9.403.253,00€, o que correspondeu a uma execução de 71,53%.

Descrição	2023				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	12.332.241,00€	9.051.876,47€	96,26	40,69	73,40
Transferências de Capital	705.601,00€	243.123,71€	2,59	1,09	34,46
Ativos Financeiros	0€	0€	0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	108.253,00€	108.252,82€	1,15	0,49	100
Outras Despesas de Capital	00€	0,00€	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	13.146.095,00€	9.403.253,00 €	100,00	42,27	71,53
TOTAL DA DESPESA	27.622.883,00 €	22.243.448,25 €			80,53



A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital – Valor de investimento e que, coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das **despesas de capital**, a aquisição de bens de capital sofreu um forte crescimento de 1.756.018,10 euros, o que corresponde a 24,07% face a 2022, refletido no aumento do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 93,93% em 2022, para 96,26% em 2023), aumentando também a sua importância relativa na despesa total (de 39,98%, em 2022, para 40,69%, em 2023).

Seguidamente assume especial relevância o valor das transferências de capital e dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das últimas prestações de amortizações de empréstimos de médio e longo prazo.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital superior a um milhão e setecentos mil euros, justificado pelo maior volume de receita arrecadada.

Descrição	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	4.562.193,17	96,91	6.422.533,56	94,41	7.295.858,37	95,26	9.051.876,47	97,38
Transferências de Capital	145.320,28	3,09	380.178,59	5,59	350.648,03	4,58	243.123,71	2,62
Ativos Financeiros	0,00	1,80	0,00	0	12.441,36	0,16	0,00	0,00
Outras Desp. Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Invest . Global	4.707.513,45	100	6.802.712,15	100	7.658.947,76	100	9.295.000,18	100



AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 9.051.876,47€, os compromissos assumidos tenham sido de 12.227.630,64€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução de 100% e transitar ainda o saldo de 500.523,95 euros.

Investimento Direto

Descrição	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	10.500,00	0,23	151.920,00	2,37	14.764,98	0,20	154.815,40	1,71
Habitação	411.485,34	9,02	948.153,36	14,76	421.535,99	5,78	2.905,05	0,03
Edifícios	758.437,44	16,62	1.667.548,49	25,96	1.122.570,17	15,39	2.124.668,79	23,47
Construções Diversas	3.005.436,35	65,88	3.334.448,87	51,92	4.817.738,73	66,03	5.613.526,69	62,02
Material de Transporte	119.899,16	2,63	85.854,00	1,34	321.036,15	4,40	321.519,29	3,55
Maquinaria e Equipamento	189.337,01	4,15	192.794,68	3,00	494.824,70	6,78	347.819,32	3,84
Outros	67.097,87	1,47	41.814,16	0,65	103.386,85	1,42	486.621,93	5,38
Investimento Direto	4.562.193,17	100,00	6.422.533,56	100,00	7.295.858,37	100,00	9.051.876,47	100,00



Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rúbrica das “Construções diversas” que por si só assume 62,02%, o que corresponde ao valor de 5.613.526,69€. Deste bolo destacam-se o investimento na remodelação da ETA de Bastelos, a expansão da III fase do Loteamento Industrial, no Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones, na reformulação do sistema de tratamento das águas residuais de Mogadouro, na remodelação da rede de água e saneamento de Castelo Branco e na Requalificação do Bairro S. José.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor, é o de “Edifícios”, de onde se destaca, a construção da Cantina Escolar de Mogadouro, a beneficiação do Edifício dos Paços do Concelho e o projeto e construção do Matadouro Municipal.

Segue-se por ordem de grandeza o agregado “Outros” sendo que do total, 459.269,38€ foram canalizados para o projeto «FOREST WATER UP – Restauro ecológico de solos nos Lagos do Sabor».

Surge depois o item “Equipamento diverso”, de onde se destacam as despesas com a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de menor valor

Como a maioria dos agregados, registaram aumento consideráveis, importa também fazer referência à designada por “Material de transportes”, com um total de 321.519,29 euros relativo à aquisição de 10 viaturas ligeiras.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2023, o Município diminuiu o valor das transferências de capital em 107.524,32 euros face a 2022, o que corresponde a uma diferença de



30,66%. Assim, o montante total de 243.123,71 euros gasto nesta rubrica, contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 2,59% no total da despesa de capital paga, e de 1,09% da despesa total.

Descrição	2023	2022	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	243.123,71	350.648,03	-107.524,32	-30,66
Privadas	28.533,44	206.046,00	177.512,56	-86,15
Freguesias	75.989,50	8.000,00	67.989,50	849,87
Associação de Municípios	16.529,16	5.734,34	10.794,82	188,25
Segurança Social	73.057,98	51.296,77	21.761,21	42,42
Instituições Sem Fins Lucrativos	31.187,21	75.704,10	-44.516,89	-58,80
Famílias	17.826,42	3.866,82	13.959,60	361,99

O valor constante na rubrica "Privadas", regista um forte decréscimo, face a 2022, motivado pela alteração de procedimento no pagamento dos apoios que passaram de transferências de capital para transferências correntes.

Já o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 75.989,50 euros, resulta de cinco protocolos celebrados, designadamente o valor concedido à freguesia de Azinhoso para Construção de Casa Mortuária, à União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane para obras nos 3 cemitérios, à Freguesia de Tó para climatização da sua Sede, à Freguesia de Peredo de Bemposta para obras na casa de turismo e Freguesia de Castro Vicente para aquisição de um terreno destinado a requalificação urbanística.



No âmbito da Segurança Social, no ano em análise regista-se um aumento de candidaturas, com a atribuição de 73.057,98€, distribuídos pela Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, Associação Desenvolvimento Social e Cultural de Remondes e a Associação Cultural de Solidariedade Social de Urrós.

Em contrapartida a rubrica "Instituições sem fins lucrativos" regista um valor inferior ao do ano anterior e foi canalizado para às Fábricas da Igreja de Bruçó, Castro Vicente, Figueirinha, Brunhoso e Soutelo para obras ou benfeitorias nas suas igrejas e capelas.

As transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 17.826,42 euros, registou um considerável acréscimo e foram destinados ao apoio na melhoria de habitação de famílias carenciadas.

ATIVOS FINANCEIROS

Não se regista qualquer movimento neste Capítulo.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 108.252,82 euros, representam 1,15 do total das despesas de capital em 2023, sendo o valor idêntico ao do ano anterior, e dizem respeito exclusivamente liquidação total das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município, com indicação de ausência de dívida de médio e longo prazo no final do ano em análise.



Descrição	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	404.123,59	99,99	250.733,06	99,99	108.252,78	100	108.252,82	99,01
Encargos Financeiros	19,88	0,01	3,76	0,01	0,00	0	1.079,69	0,0
Serviço de dívida	404.143,47	100,0	250.736,82	100,0	108.252,78	100,0	109.332,51	0,99

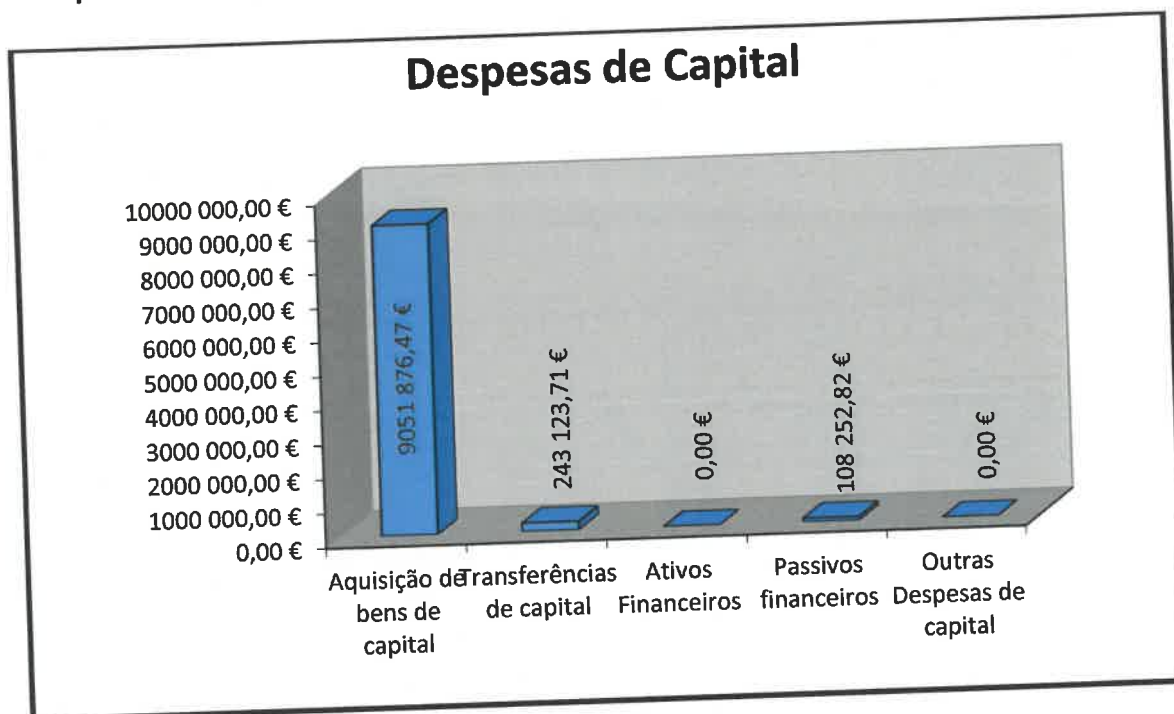
Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não se registando, qualquer imparidade com as entidades financeiras.

De acordo com o mapa seguinte, pode constatar-se que há desde 2013, uma redução gradual da dívida de médio e longo prazo, resultante de algum esforço feito ao longo dos últimos anos que termina agora.

Evolução dos empréstimos bancários			
Ano	Valor em dívida	Variação (€)	Variação (%)
2013	5.013.100,11		
2014	4.313.593,89	699.506,22	13,96
2015	3.611.432,67	702.161,22	16,28
2016	2.906.762,98	704.669,69	19,51
2017	2.201.153,74	705.609,24	24,27
2018	1.503.988,83	697.660,92	31,67
2019	871.362,25	632.936,19	42,06
2020	467.238,66	404.123,59	46,38
2021	216.505,60	250.733,06	53,64
2022	108.252,82	142.480,24	50,00
2023	0,00	108.252,82	100

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O capítulo das “**Outras despesas de capital**” não regista qualquer movimento. O gráfico que a seguir se apresenta, mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



1.2.3. Despesa na ótica dos Planos

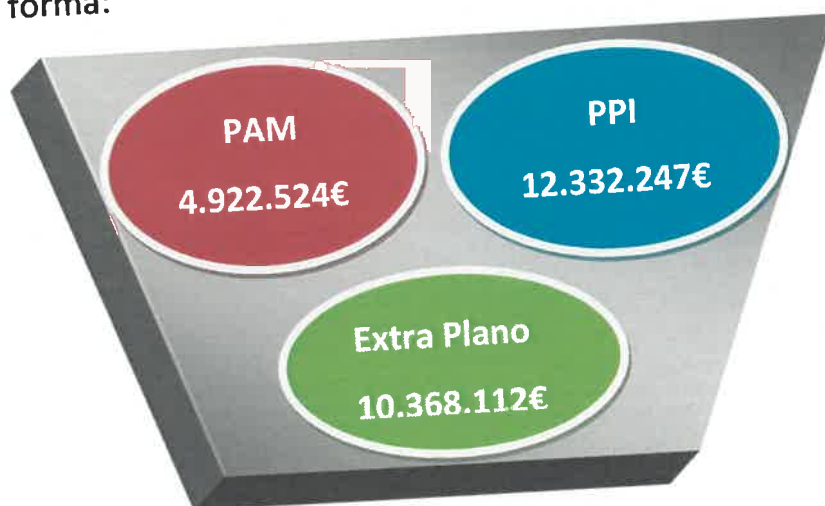
Os documentos previsionais das autarquias, são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do

período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais e previstos através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:



O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

93-7w
[Handwritten signature]

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Da análise ao quadro seguinte constata-se, na ótica da despesa paga (13.300.623,49€), que no final do período em análise, a taxa de execução das GOP's foi de 77,08%. No final do ano 2022, o nível de execução tinha sido de 71,60%.

Repartição por funções -2023

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2023				
Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro Obj./Prog.	% em relação ao total
1.	Funções Gerais	1 525 768,22	100,00%	11,47%
1.1.1.	Administração geral	1 111 806,83	72,87%	8,36%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	413 961,39	27,13%	3,11%
2.	Funções Sociais	6 909 188,92	100,00%	51,95%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	0,0	0,0	0,0
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1 628 754,96	23,57%	12,24%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4 853,74	0,07%	0,04%
2.3.2.	Ação social	317 651,73	4,60%	2,39%
2.4.	Habituação e serviços coletivos	3 794 353,02	54,92%	28,53%
2.4.1	Habituação	10 463,46	0,15%	0,08%
2.4.2.	Ordenamento do território	650 182,78	9,41%	4,89%
2.4.3.	Saneamento	483 649,67	7,00%	3,64%
2.4.4.	Abastecimento de água	1 913 007,83	27,69%	14,38%
2.4.5.	Resíduos sólidos	715 524,28	10,36%	5,38%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	21 525,00	0,31%	0,16%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 163 575,47	16,84%	8,75%
2.5.1.	Cultura	432 758,28	6,26%	3,25%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	660 026,19	9,55%	4,96%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	70 791,00	1,03%	0,54%
3.	Funções económicas	3 616 264,68	100,00%	27,19%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1 233 162,93	34,10%	9,27%



3.2.	Indústria e energia	1 057 092,43	29,23%	7,95%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1 022 094,65	28,26%	7,68%
3.3.2.	Transportes aéreos	0,00	0,00%	0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	172 370,14	4,77%	1,30%
3.4.2.	Turismo	131 544,53	3,64%	0,99%
4.	Outras Funções	1 249 401,67	100,00%	9,39%
4.1.1.	Empréstimos	109 332,51	8,75%	0,82%
4.2.	Transferência entre Administrações	1 140 069,16	91,25%	8,57%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		13 300 623,49	100,00%	100,00%

Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município ainda em fase de implementação, assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos verificar, conforme mapa anterior, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais, corresponde a 11,47% do total dos custos, e representam 1.525.768,22 euros, sendo que este grupo integra a Administração Geral e a Proteção Civil. As funções sociais representam



Handwritten signature and date: 29-3-23

6.909.188,92 euros, correspondendo a 51,95% dos custos do município. A rubrica do abastecimento de água regista o maior valor com 1.913.007,83 euros e corresponde a 27,69% deste agregado, a dos serviços auxiliares de ensino vem logo a seguir com 1.628.754,96€ o que corresponde a 23,57% e em terceiro lugar a rúbrica dos resíduos sólidos com 715.524,28 euros e 10,36% do total.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que apresentam o valor de 3.616.264,68 €, sendo que a rúbrica da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca por si só, corresponde a 34,10% do total desta função.

A função, “outras funções” tem uma percentagem de 9,39% do valor do total dos custos deste município, que corresponde a 1.249.401,67 euros, maioritariamente destinados às Transferências entre Administrações.

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos em separado a execução do PPI, demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim, as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais assumem de novo a maior percentagem do bolo do PPI, com um valor global de 4.966.564,98 euros, o que representa 54,87% do total e um acréscimo de 1.273.669,37 euros face a 2022.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para a os serviços auxiliares de ensino, mais

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

concretamente para o projeto e construção de Cantina Escolar na antiga Escola Preparatória Trindade Coelho com o valor de 1.426.394,24 euros.



Cantina Escolar

No abastecimento de água destacamos a remodelação da ETA de Bastelos com 1.329.275,37€ e o projeto e remodelação de rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Castelo Branco com o valor de 405.247,52 euros.



ETA de Bastelos

Nos saneamentos, assumem maior relevância, a unificação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro, com um total de 398.934,25 euros.



ETAR Mogadouro

Na área do ordenamento do território, o destaque vai para a requalificação do Bairro S. José, obra que no final de 2023 tinha absorvido o valor de 556.052,75 euros



Bairro S. José

Já na área do desporto, recreio e lazer, a fatia maior foi destinada à construção do parque infantil no Loteamento Trindade Coelho com o valor e 156.719,65 euros, seguido do projeto e construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo, que absorveu 56.062,47 euros.



Parque infantil do Loteamento Trindade Coelho



Ginásio Municipal

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, ficam em segundo por ordem de grandeza, registando em termos globais um total de investimento de 2.981.701,60 euros, que corresponde a 32,94% do bolo geral, valor superior ao registado no ano de 2022 em 326.318,44 euros. Deste total, destacam-se os 1.022.094,65 euros gastos na rubrica “Transportes Rodoviários”, onde as obras dos Arruamentos do Concelho com 267.435,10 euros absorvem a maior fatia, seguida do arruamento do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo com 261.533,00 euros, da repavimentação de arruamentos de arruamentos em Remondes com 194.764,71 euros e da repavimentação de arruamentos em Vale de Porco com 167.395,49 euros.

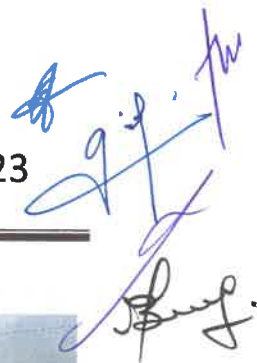


Arruamentos no Concelho



Arruamentos do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo

Por si só, neste grupo de funções a maior fatia foi para a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones, que durante o ano em análise, teve um investimento de 642.146,85 euros.

**EPVARA**

A subfunção Indústria e Energia absorveu um total de 855.115,72 euros, de onde se destaca a Expansão da III Fase do Loteamento Industrial de Mogadouro com 660.960,12€, mas também onde se inclui o projeto e construção do Matadouro Municipal com um total de 164.969,00 euros.



Expansão da III Fase do Loteamento Industrial de Mogadouro

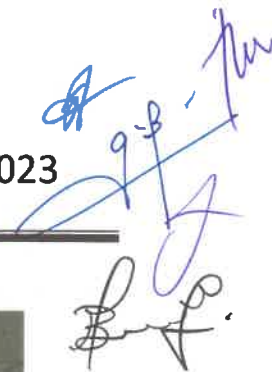
Handwritten signatures and initials in blue ink.



Matadouro Municipal

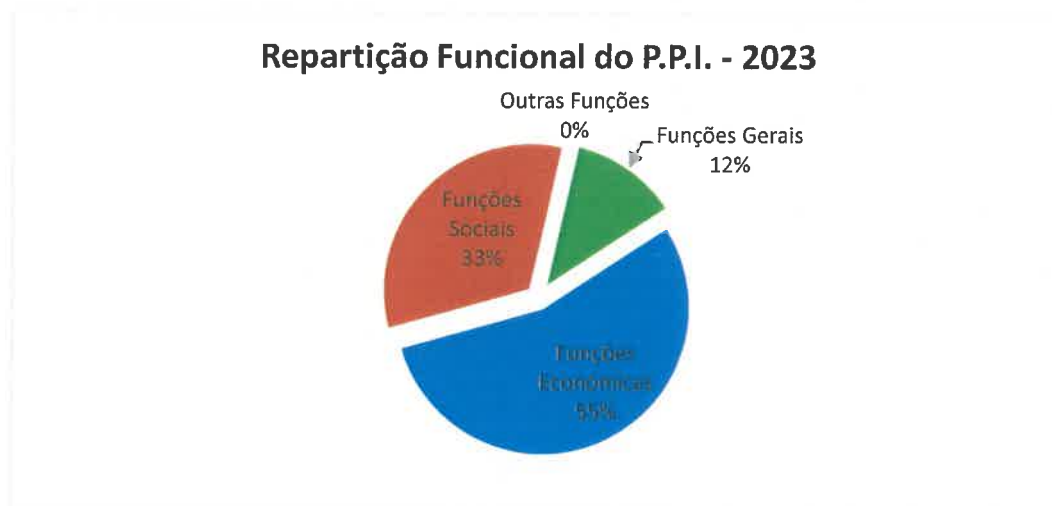
FUNÇÕES GERAIS

Em último, as Funções Gerais registaram um aumento de 143.588,93 euros em relação ao ano de 2022, mostrando assim um total no ano de 2023 de 1.103.609,89 euros o que representa 12,19% do total, sendo que, a Administração Geral absorveu a totalidade do valor. Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados na beneficiação do edifício dos Paços do Concelho com 340.496,53 euros, com a aquisição de viaturas no valor de 321.519,29 euros, a aquisição de terrenos com 154.815,40 euros, o equipamento básico num total de 109.645,63€ de onde se destaca a aquisição de eletrobombas e mobiliário para a Cantina Escolar.



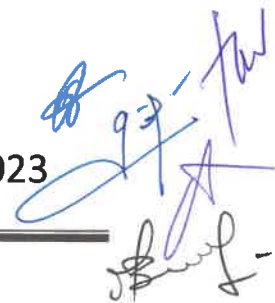
Piso 0 do Edifício dos Paços do Concelho

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

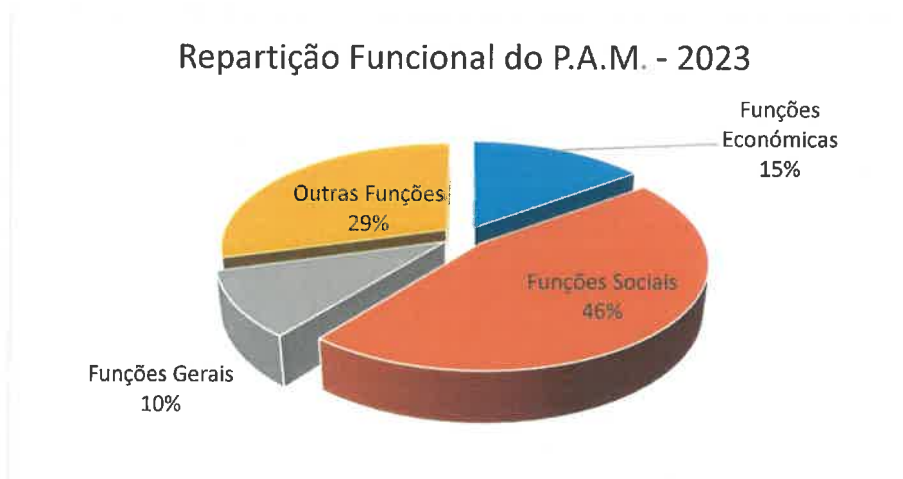
A dotação da despesa prevista em **Plano de Atividades Municipais – PAM** (dotação inicial), ascendia a **4.897.524,00€**, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.



Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas, e outras que, entretanto, surgiram.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do **PAM** fosse no final do ano de **4.922.524,00€**, atingindo no fim, uma taxa de execução de 86,31% e que corresponde ao valor de 4.248.747,02€, significando que o Município aumentou, a execução das atividades mais relevantes em 682.058,15 euros, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do **PAM** por classificação funcional ao longo do ano de 2023.



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2023, com um total de 1.942.623,94€ e uma taxa de execução de 84,84%, foi o grupo das “**Funções Sociais**”, onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ação sociais, a



Habituação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 275.128,31€ em relação a 2022.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos, onde se inserem os “resíduos sólidos” relativos á limpeza e recolha de lixo, que por si só totalizam 699.259,75€ e correspondem a 36% deste agregado, a “Ação Social” com 314.746,68€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 131.545,34€, e ainda ao apoio à natalidade e compra de medicamentos no valor de 44.960,61€ e 21.304,54€ respetivamente e ainda os 60.679,34€ gastos com o Fundo de Emergência e os 25.814,69€, gastos no Espaço Mais.

Para os “Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos” foram 710.939,59€, desagregados pelos setores da “Cultura” 249.915,78 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 155.223,96€, pelo “Desporto, Recreio e lazer” com 390.232,81 euros de onde se destacam as animações de Verão como o Red Burros, o festival de Terra Transmontana e o festival Mogadouro em Movimento e pelas “Outras atividades cívicas e religiosas com um total de 122.360,40 euros.

Na “Educação” foram gastos 202.360,72 euros, merecendo aqui destaque o apoio à 1ª infância e atividades de tempos livres, para onde foram canalizados 154.241,70 euros e apoio na aquisição de fichas e livros escolares no valor de 27.440,34 euros.

Em segundo lugar surge o grupo das “**Outras funções**” com o total de 1.249.401,67 euros, onde se destaca a rúbrica de “Transferências entre Administrações” no total de 1.1140.069,16€, onde se inserem as transferências



efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte e as “operações de dívida autárquica” com pagamentos de 109.332,51 euros.

Transferências para as Juntas de Freguesia			
Entidades	Transferências		
Freguesias	Correntes	Capital	Total
Azinhoso	23 329,10	39 556,00	62 885,10
Bemposta	41 645,76		45 645,76
Bruçó	9 664,22		9 664,22
Brunhoso	13 474,92		13 474,92
Castelo Branco	27 319,71		27 319,71
Castro Vicente	24 309,14	5 000,00	29 309,14
Meirinhos	17 411,82		17 411,82
Paradela	13 659,20		13 659,20
Penas Róias	24 529,36		24 529,36
Peredo de Bemposta	15 431,50	16 542,00	31 973,50
Saldanha	18 077,15		18 077,15
São Martinho do Peso	31 306,55		31 306,55
Tó	10 754,36	7 981,50	18 735,86
Travanca	13 541,18		13 541,18
Urrós	19 122,12		19 122,12
Vale da Madre	8 824,07		8 824,07
Vila de Ala	20 808,65		20 808,65
U. de Freg. de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane	21 288,72	7 000,00	28 288,72
U. de Freg. de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei	39 021,96		39 021,96
União de Freguesias de Remondes e Soutelo	28 219,79		28 219,79
U. de Freg. de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	25 697,14		25 697,14
Ministério das Finanças	13 559,84		13 559,84
TOTAIS	460 996,26	75 989,50	536 985,76

De referir o valor de 13.559,84 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do nº.1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos, e ainda o valor de 603,42 euros relativo às eleições autárquicas e legislativas.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

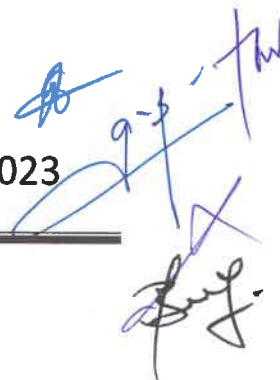
As “**Funções Económicas**”, com 634.563,08€ surgem em terceiro lugar do total gasto (14,94%) e com uma taxa de execução de 82,72%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 300.839,67€ para o “Comércio e Turismo”, cuja repartição foi feita pelo planeamento, promoção e divulgação turística (81.547,09€), a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor (45.626,36€) e principalmente pela Feira dos Gorazes (152.386,08€), mas também o concurso de bovinos entre muitos outros de valor inferior.

Para o grupo “Indústria e Energia” foram canalizados 201.976,71€, destinados ao apoio à criação de emprego.

Finalmente mas também importante, foi o valor destinado ao agregado “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca” com um total de 131.746,70€, cujos valores foram repartidos pelo apoio à vacinação animal e ao apoio no plantio de árvores e trabalhos preparatórios.

As “**Funções Gerais**” surgem mais uma vez em último lugar com um total de 422.158,33€, o que representa 9,94% do total do Plano das Atividades Municipais.

O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 99,99%, excepcionando os valores gastos com as geminações de Ploumagoar e Grosly, num total de 8.196,94€, todo o restante foi transferido aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 137.753,40 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 276.207,99 euros.



IV. Linhas de Intervenção

1. Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) é um “organismo vivo”, um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e, deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promoveu, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.

Neste sentido, realizaram-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc), no **ano de 2023**, diversas e variadas atividades:

Horas do Conto e Leituras Seniores; Ateliês de Expressão Plástica; Ateliês de Culinária; Mostras Bibliográficas; Várias Formações, Apresentações de Livros e Encontros com Escritores, visitas Guiadas, Concursos de leitura, Feira do Livro, Espetáculos diversos, Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades.

A referida Instituição concretizou, então, presencialmente e online, no total, **135** (cento e trinta e cinco) atividades.

No ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) esteve aberta ao público **245** (duzentos e quarenta e cinco) dias e foi visitada por 6103 (seis mil cento e três) Utilizadores/Leitores, o que significa que a referida Instituição, em média, por dia, foi visitada por cerca de **25 pessoas** (24,91).

Realizou **1720** (mil setecentos e vinte) pedidos de empréstimo domiciliário.

Inscreveram-se, como Utilizadores, **37** (trinta e sete) novas pessoas.

Usufruíram, ao longo do ano em análise, dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTTC), 250 (duzentas e cinquenta) pessoas.

Adquiriu, ainda, diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de **6.772,88 €** (seis mil setecentos e setenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos).

Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade (concelho de Mogadouro) e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.

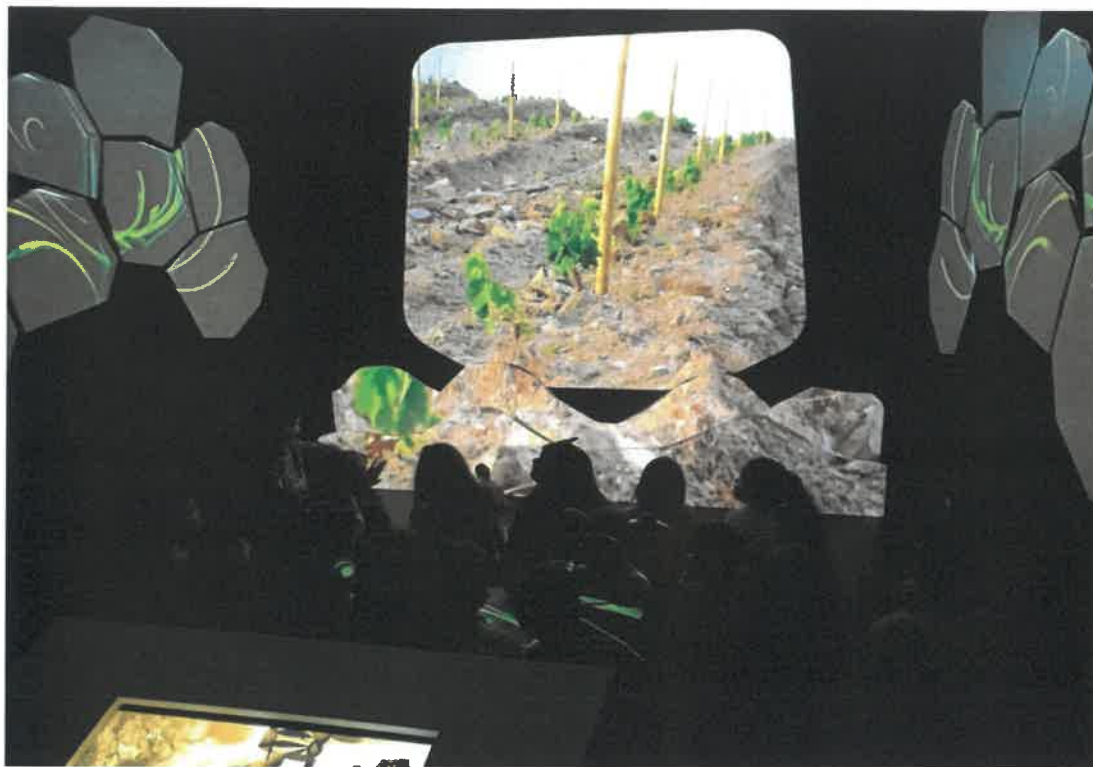
Ainda nesta área, no Centro de Interpretação do Mundo Rural, a atividade foi constante ao longo do ano, onde destacam:

1. Exposição “Memórias do Mundo Rural” com uma participação de 823 visitantes durante o período de 20 de setembro a 29 de dezembro;



- Visitas guiadas ao Centro de Interpretação com 2441 visitantes;

[Handwritten signatures]



- Visitas guiadas ao Moinho com 1166 visitantes;
- Atelier de Pintura com 118 participantes;
- Desenvolveram-se os Jogos Tradicionais com 118 participantes;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Procedeu-se ao registo e inventário de 81 peças doadas ao Centro;

- Exposição “Histórias e Memórias da Nossa Terra” visitada por 669 pessoas;



- Exposição “Espaço-Entre” com 253 visitantes;

- Concurso Postal Ilustrado com 17 participantes;

- Exposição de retratos de outrora com 70 fotografias e 801 visitantes;



- Exposição “Cogumelos Silvestres” com 479 participantes;

Sessões no Auditório:

- 59 grupos distintos participaram em palestras e ou formações;



Na **Casa da Cultura**, realizaram-se no auditório diversas atividades como palestras, congressos, assembleias gerais, sessões de esclarecimento e concertos entre outras, desenvolvidas não só pelo Município mas também pelas várias entidades que solicitaram cedência das instalações.

No que diz respeito ao cinema, foram realizadas 64 sessões, tendo-se registado a presença de 2534 espetadores, tendo o custo de 14.575,50 euros.

Também na área da cultura, e inserido no projeto “**Cultura para Todos**”, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Aulas regulares de teatro na escola e na Universidade Sénior ao serviço de uma comunidade pretende desenvolver a capacidade de criação, através da ação, educar a sensibilidade, entendimento das diferenças culturais e desenvolvimento da capacidade de perceção, ajudando o indivíduo a coexistir melhor com a realidade do quotidiano;
- Festival da Terra Transmontana com custos de 128.333,77 euros;
- Realização de 4 espetáculos de teatro, a saber “O fim da Europa”, “Depois da chuva”, “Pimenta na boca”, e “As vidas miúdas e outras insignificâncias” com um total de 256 espetadores;
- Festival de Teatro Dramadouro;
- Teatro nas aldeias com a peça “O lodo e as estrelas”, tendo-se realizado 7 sessões, onde marcaram presença 801 espetadores.

Na área da **educação**, entre as muitas atividades levadas a cabo durante o ano em apreciação, destacam-se aqui, as que resultam em poupança efetiva para as famílias:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '93'.

- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;
- Foram registados 61 pedidos para atribuição de bolsas de estudo, tendo até ao final do ano sido pago o valor de 12.678,68 euros;
- Candidataram-se 160 famílias ao apoio à 1.ª infância e atividades de tempos livres, programa em que o Município suporta a totalidade dos custos com creches, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL, para onde foram canalizados 154.241,70 euros;
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;
- Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário;
- Oferta dos livros das AEC's a todos os alunos do 1º ciclo que são 183 alunos;
- Reembolso do valor das fichas de trabalho e/ou de Apoio que complementam os manuais escolares, a todos os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas, num total de 584. Este apoio foi requerido por 439 alunos.
- Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;
- Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;

2. Saúde e Qualidade de Vida

- ✓ Durante o ano de 2023, procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 82 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 21.304,54 euros;
- ✓ Suportamos a despesa de 180.207,99 euros com deslocações efetuadas diariamente ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, com doenças do foro oncológico ou outras que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. Alguns munícipes realizaram várias deslocações no ano.
- ✓ No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social, com um total gasto de 4.853,74 euros;
- ✓ Comemoração do dia Mundial da Criança com cerca de 500 participantes; O Gabinete de Apoio à Saúde e Bem-Estar, iniciou funções em outubro de 2023, sendo de seguida explanadas as atividades desenvolvidas nos dois meses da sua atividade.
- ✓ Apoio e Intervenção no âmbito da fisioterapia a alunos portadores de necessidades especiais, do Agrupamento de Escolas de Mogadouro.
- ✓ No âmbito desta competência foram desenvolvidas ações a 9 (nove) alunos do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, com o objetivo de ajudar os mesmos a desenvolver habilidades que aumentem a sua

participação ativa e independente no ambiente escolar, visando a inclusão e aumentar a autonomia com o intuito de melhorar o seu desempenho.

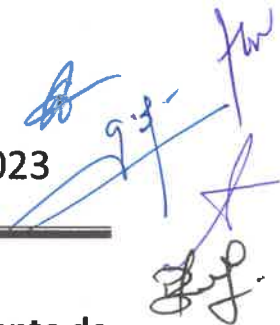


Intervenção no âmbito da fisioterapia a utentes do Espaço MAIS, Mogadouro Apoia a Inclusão Social

Promoção e desenvolvimento de estratégias a 14 (utentes) do Espaço MAIS, na área do movimento, do exercício terapêutico, da atividade física e da funcionalidade, em sala, ginásio e piscina, de forma a melhorar a qualidade de vida e bem-estar.

Função de Coordenação no Espaço MAIS, Mogadouro Apoia a Inclusão Social

- Coordenar as atividades desenvolvidas no Espaço MAIS e implementação de medidas de melhoria contínua;
- Aquisição Material Fisioterapia, no valor total de 1.307,19€ (mil trezentos e sete euros e dezanove cêntimos).



Desenvolvimento de atividades programadas para fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e integração social:

- **Comemoração do dia Internacional da Deficiência**, através da elaboração de um vídeo, posteriormente difundido nas redes sociais do Município dando a conhecer à comunidade as atividades desenvolvidas com este grupo de utentes;
- Neste mesmo âmbito foi proporcionado um almoço fora da instituição a 7 (sete) utentes, num restaurante da Vila de Mogadouro;
- Viagem de Natal com visita ao Mar Shopping e espetáculo Aladino no Gelo, no qual participaram 9 utentes.

3. Desporto

- Apoiámos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do Concelho;



- Realizámos o Torneio anual de Ténis com 20 participantes;
- Promovemos o X encontro de Escolinhas de Futebol com 200 crianças;
- Participamos no torneio de Escolinhas de Futebol em Bragança com a deslocação de 50 crianças;

Handwritten signatures and initials in blue ink.



- Promovemos o BTT e Trilhos das Amendoeiras em flor com um total de 300 atletas;
- Participaram cerca de 60 atletas no encontro de Voleibol;
- Promovemos o Dia do Desporto para os sêniores do

Concelho de Mogadouro com a participação de 300 pessoas;

- Promovemos os jogos tradicionais em Mogadouro com 50 pessoas;

Handwritten signature and date: 29.12.23

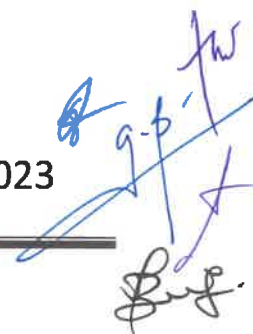


- Promovemos o 2º encontro de Escolinhas de Natação com 150 participantes;



- O Torneio de Futsal inter freguesias contou com a presença de 200 atletas;
- Promovemos a realização de várias caminhadas designadamente de Urrós, os Passadiços do Mondego, os Passadiços de Vila do Conde, da Luita contra o Cancro em Mogadouro e dos Trilhos do Monóptero.





- A 3ª corrida S. Silvestre registou a participação de 245 atletas e caminheiros;
- Durante o ano de 2023, as piscinas cobertas registaram a entrada de 4.839 utentes e a descobertas 22.434 dos quais 6.107 não pagantes.

4. Ação social

- Apoiámos 8 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações, num total de 10.134,00 euros;
- Procedemos à melhoria de alojamento de duas famílias com dificuldades financeiras, com reparações na sua habitação no valor de 13.752,64 euros;
- Apoiámos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia através da celebração de protocolos;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Foram recebidos 29 pedidos de apoio à Natalidade, tendo sido atribuído até ao fim de 2023 o valor de 44.960,61 euros;
- Monitorizamos a reconstrução de 5 habitações, algumas delas já concluídas e com financiamento a 100%, através do programa 1º Direito -Estratégia Local de Habitação, tendo sido já pago o valor de 237.499,54 euros.

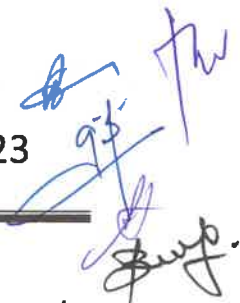
5. Segurança

- Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;
- Acompanhámos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança.

SERVIÇOS VETERINÁRIOS MUNICIPAIS

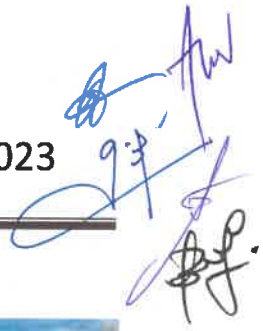
Os Serviços Veterinários Municipais de durante o ano de 2023, dentro da sua área de atuação, desde a segurança alimentar ao bem-estar animal, participaram e atuaram:

- Inspeção e controlo higio-sanitário aos estabelecimentos de venda a retalho de carne - talhos, no âmbito do Programa Pace da DGAV - Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos, em visita conjunta com o Técnico da Saúde Ambiental do concelho;



- Controlo nas feiras quinzenais da venda ambulatória de produtos de origem animal (charcutaria, queijo, peixe do rio, mel), verificando as condições higio-sanitárias dos produtos à venda no local;
- Elaboração de regulamentos e apoio, em colaboração com a DGAV e ICNF nos eventos ocasionais:
- “Matança Tradicional do Porco” em Castro Vicente, integrada na Feira do Porco Bísaro de 17 a 18 de fevereiro, com a presença de cerca de 200 pessoas;
- Concurso Concelhio de Bovinos da Raça Mirandesa e Chegas de Touros, realizado no dia 4 de junho na freguesia de Tó, onde participaram cerca de 45 exemplares da raça e estiveram presentes 400 pessoas;





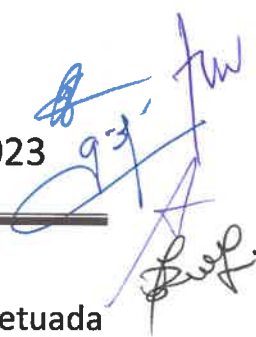
- 1º Concurso de Asininos da Raça Mirandesa, integrado na Feira do Burro dia 10 de setembro na freguesia do Azinhoso, com atribuição de prémios aos criadores do concelho e convívio com cerca de 270 pessoas;



- Na Feira dos Gorazes, com apoio na tenda das Raças Autóctones, no 4º Concurso de Cão de Gado Transmontano onde participaram 36 exemplares da raça, e na 1ª Ação de Sensibilização para adoção de canídeos do Canil Intermunicipal onde foram adotados 6 animais dos 11 presentes;



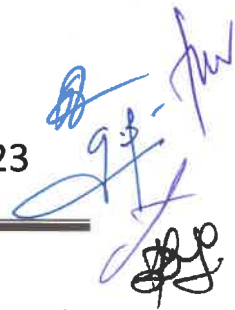
- Inspeção e fiscalização de alojamentos de animais de pecuárias e situações de insalubridade em visita conjunta com outras entidades – Divisão de Urbanismo e Saúde Pública;
- Cooperação com as autoridades policiais na defesa do bem-estar animal e fiscalização conjunta com GNR – SEPNA em casos de maus tratos animais, casos de intranquilidade pública e insalubridade, assim como abandono animal e negligência;



- Realização da campanha antirrábica e identificação de canídeos efetuada anualmente em todas as freguesias do município, executando o previsto na Portaria nº 264/2013 de 16 de agosto, na qual foram vacinados para a raiva 321 canídeos e identificados com microchip 189.
- Recolha, restituição e adoção de canídeos errantes no Canil de Recolha Oficial (CRO) intermunicipal que abrange os quatro municípios – Mogadouro, Vimioso, Bragança e Miranda do Douro, condicionada pelas vagas disponíveis e respeitando a legislação em vigor, participação nas cirurgias de esterilização realizadas no CRO e apoio médico-veterinário aos detentores de animais de pecuária ou companhia do concelho de Mogadouro;

	Nº de animais
Vacinados para a Raiva	321 em Campanha Antirrábica Oficial
Identificação eletrónica	189 em Campanha Antirrábica Oficial
Capturados na via pública	17
Restituídos aos donos/perdidos	5
Adotados	6 na Feira dos Gorazes + 6 no CRO
Quarentena	1
Apreensão por ordem judicial	5



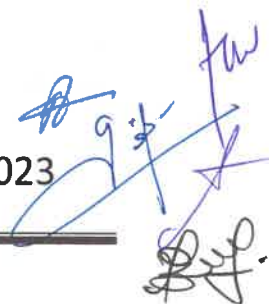


- Distribuição de desparasitante/repelente externo para prevenção da Doença Hemorrágica Epizootica aos criadores de Bovinos do concelho, doença com grandes perdas económicas por mortalidade ou morbilidade dos animais, sem tratamento específico e transmitida por insetos com maior incidência na Primavera e Outono, dirigindo-se os detentores de bovinos aos Serviços Municipais de Veterinária para sua aquisição de acordo com os animais que apresentam;
- Colaboração com outras entidades e associações - Palombar e UTAD, na recuperação e libertação de animais selvagens para manutenção da espécie - Coruja das Torres e Águia-caçadeira.



6. Património Cultural

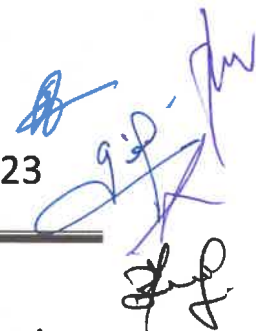
Identificam-se como instrumentos do regime de valorização, o inventário geral do património cultural, instrumentos de gestão territorial, parques arqueológicos, os programas e projetos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, assim como programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens. Programas e



projetos de divulgação, sensibilização e animação de formação específica e contratualizada, bem como programas de voluntariado. Programas de apoio à ação educativa e programas de aproveitamento turístico. Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as coleções visitáveis constituem igualmente instrumentos de valorização dos bens culturais. E por último os planos e programas de aquisição de bens culturais e permuta dos mesmos.

Assim, pela Sala Museu e serviços de Arqueologia, foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam:

- Desenvolvimento do projeto do Museu de Mogadouro, com a celebração de protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança;
- Acordo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro para depósito de peças de arte sacra da sua Igreja;
- Conclusão do Projeto de valorização dos Castelos dos Mouros e de Oleiros;
- Limpeza e vedação do acesso ao Solar dos Pegados;
- Apoio financeiro concedido à Comissão Fabriqueira de Figueirinha para restauro do Altar de Nossa Senhora do Rosário;
- A Sala Museu de Arqueologia, ao longo do ano de 2023 recebeu 1244 visitantes, dos quais 289 eram estrangeiros, a Igreja do Convento de S. Francisco recebeu 171 visitantes, em todos os casos acompanhados pelos técnicos da Sala Museu e Arqueologia.



7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

Nesta área de atuação, durante o ano findo:

- Atribuiu-se o valor total de 201.976,71 euros para apoio à criação de 49 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 49 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal. De referir que neste total, está incluído o valor de 22.645,18 euros, referentes ao pagamento da segurança social de 9 trabalhadores, que já cumprem pelo menos um ano e como tal já foi paga também a segunda tranche do apoio concedido.
- Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com o pagamento de 100% dos custos suportados por estes com a vacinação animal traduzido num custo de 127.672,92 euros;
- Apoiamos também o plantio de árvores e trabalhos preparatórios, no valor de 4.073,78 euros, pagos a 3 beneficiários.

Ainda nesta área e através do Gabinete de Inserção Profissional criado através de uma parceria entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Gabinete de Inserção Profissional procura, em estreita colaboração com o Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros e o Centro de Formação de Bragança, dar apoio a jovens e adultos desempregados, para a definição, desenvolvimento e acompanhamento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os principais objetivos do GIP – Gabinete de Inserção Profissional são:

- Apoiar os utentes no processo de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Divulgar oportunidades de emprego, formação e qualificação profissional;
- Apoiar as entidades do concelho no que respeita às necessidades de recrutamento.

Atividades desenvolvidas:

- Informação profissional destinada a jovens e adultos desempregados;
- Apoio à procura ativa de emprego;
- Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional;
- Captação de ofertas junto de entidades empregadoras;
- Divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação;
- Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;



- Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
- Apoio à inscrição online dos candidatos a emprego;
- Ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS+;
- Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;
- Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

O GIP disponibiliza os seguintes serviços às Empresas:

- Divulgação de medidas de Apoio à Contratação;
- Divulgação do programa Estágios Profissionais;
- Divulgação do programa Contrato Emprego - Inserção;
- Encaminhamento ou pré-seleção de candidatos cujo perfil se adequa ao pretendido pela empresa, em colaboração com o IEFP.

O GIP coloca ainda ao dispor dos municípios, intervenções especializadas em diferentes âmbitos:

- Informação sobre ofertas de emprego/estágio ou formação;
- Disponibiliza junto dos municípios, informação atualizada no que diz respeito a ofertas de emprego/estágio e formação profissional;
- Técnicas de procura de emprego.



Destinatários

- Jovens à procura do 1º emprego
- Adultos ativos e desempregados
- Entidades empregadoras

8. Turismo

O Posto de Turismo de Mogadouro, funciona diariamente e achamos que o mesmo tem um papel importante de destaque na experiência do turista. Este constitui, muitas vezes, o primeiro contato que o visitante ou turista tem com o lugar que pretende visitar, neste caso específico o Concelho de Mogadouro. Deste modo, torna-se fulcral que a informação fornecida pelos seus recursos humanos seja adequada e de qualidade, pois esta vai ter influência no percurso que o visitante ou turista vai realizar, na escolha das atrações turísticas que vai visitar, bem como nos serviços dos quais vai usufruir. Pretendemos, portanto, contribuir para um melhor serviço do Posto de Turismo, alcançando mais turistas, fornecendo toda a informação adequada às solicitações de cada visitante e promovendo pequenos eventos e ações culturais mantendo uma dinâmica ativa de modo a assegurar e a melhorar a qualidade dos serviços turísticos do nosso concelho. A organização, marcação e acompanhamento de visitas é um dos serviços disponibilizados que dá a conhecer o centro histórico de Mogadouro. Também a organização e consequente realização de passeios culturais por todo o concelho vem dinamizar, divulgar e promover o património turístico, cultural e natural da região. O apoio a todas as iniciativas e eventos de



caracter turístico e cultural faz do Posto de Turismo um local de suporte e referência na organização das mesmas.

As principais áreas de atuação do posto de Turismo, não só na sua total disponibilidade de atendimento ao público, dando toda a necessária e correta informação, mas também no apoio a qualquer outra atividade de âmbito turístico e cultural.

Durante o ano de 2023, o número de visitantes do Posto de Turismo foi de 1488 pessoas e destacam-se no seu decurso, as seguintes atividades:

- Organização da exposição “Máscaras de Mogadouro;



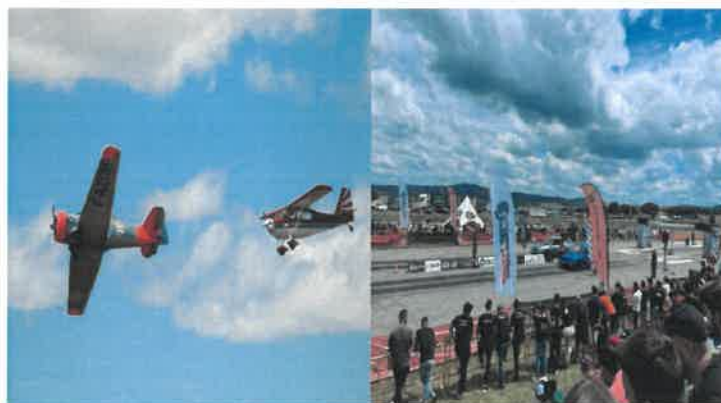
- Organização do encontro de Máscaras em Mogadouro, onde se registaram cerca de 1000 visitantes e participação nos encontros de Bragança, Lazarim e ainda no INTUR 2023;
- Participação na Feira Nacional de Agricultura em Santarém;
- Promoção dos concertos: “Ópera na Cidade”, “Visitação à Ópera Carmen” e “Carlos Guilherme em concerto”;
- Organização das exposições “Numa Folha de Papel”, “Pinturas e bordados”, “Cartase Espiritual”, “Olhai os lírios do campo” e “Ilustrar a História”;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

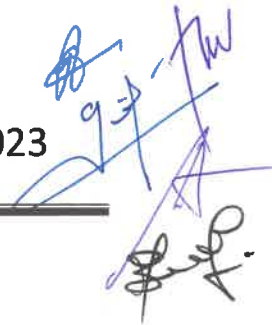
- Participamos na Feira de Caça e Turismo de Macedo;
- Participamos e apoiamos o encontro de Rituais Ancestrais Ibéricos em Bemposta;



- Promovemos o encontro de Anciãos com a presença do programa do Piquenício do Ti João;
- Apoiamos a Comissão Desportiva do Campeonato Nacional de Ciclismo;
- Organizamos mais uma edição do Red Burros Fly In;



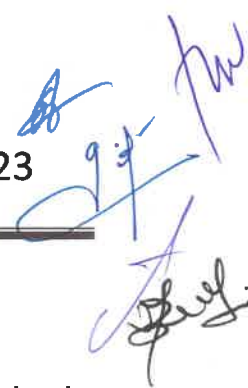
- Promovemos a realização do Racewars Drag Racing;
- Apresentação do Projeto "Escolas e Memórias", "Arquivo de memórias" e "Sempre a sorrir";



9. Urbanismo

No âmbito do Planeamento e Gestão Urbanística, apresentam-se os seguintes dados referentes ao ano 2023:

218	Processos de operações urbanistas deram entrada na autarquia
1329	Informações foram elaboradas pela técnica superior- arquiteta
400	Informações elaborada pelo serviço de apoio administrativo
60	Alvarás de construção formam emitidos
40	Alvarás de utilização de edifícios foram emitidos
12	Prorrogações de alvarás de construção
3	Alvarás especiais para acabamentos
20	Vistorias realizadas no âmbito do: licenciamento industrial (SIR), Dever de Conservação e aplicação do RIRPEC, processos de insalubridade autoridade regional de saúde e Rota da pintura mural.
2	Processos de alteração de loteamento
6	Processos de licenciamento de muros
3	Processos de Pedidos de Informação previa (PIP)
210	Certidões foram emitidas
75	Processos de escassa relevância urbanística
102	Requerimentos diversos
30	Tratamento de reclamações/queixas contra terceiros
1128	Ofícios elaborados
147	Processos de publicidade
14	Processos ao abrigo do RIRPEC
7	Processos do 1º Direito incluindo concurso
996	Atendimentos presenciais efetuados pela técnica superior
920	Atendimentos presenciais efetuados pelo Serviço de Apoio Administrativo da DOTU
523	Emails respostas/enviados pela técnica superior - arquiteta
83	Reuniões de trabalho com entidades da administração Central do Estado e privados.



É da responsabilidade da DOTU o acompanhamento Técnico da:

Revisão dos PDM de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e Torre de Moncorvo

Plano de Cogestão do PNDI reuniões mensais e presença nas Sessões participativas que decorreram nos 4 municípios



Representante do Município na comissão consultiva do PROT

Foram realizadas 3 reuniões da comissão consultiva.

Plano Municipal da Igualdade e Não Discriminação – Ponto focal

- Elaboração de relatórios sobre a implementação do plano em 2023.

Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor (PEABS),

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro e Baixo Sabor (PRGP_ADBS),

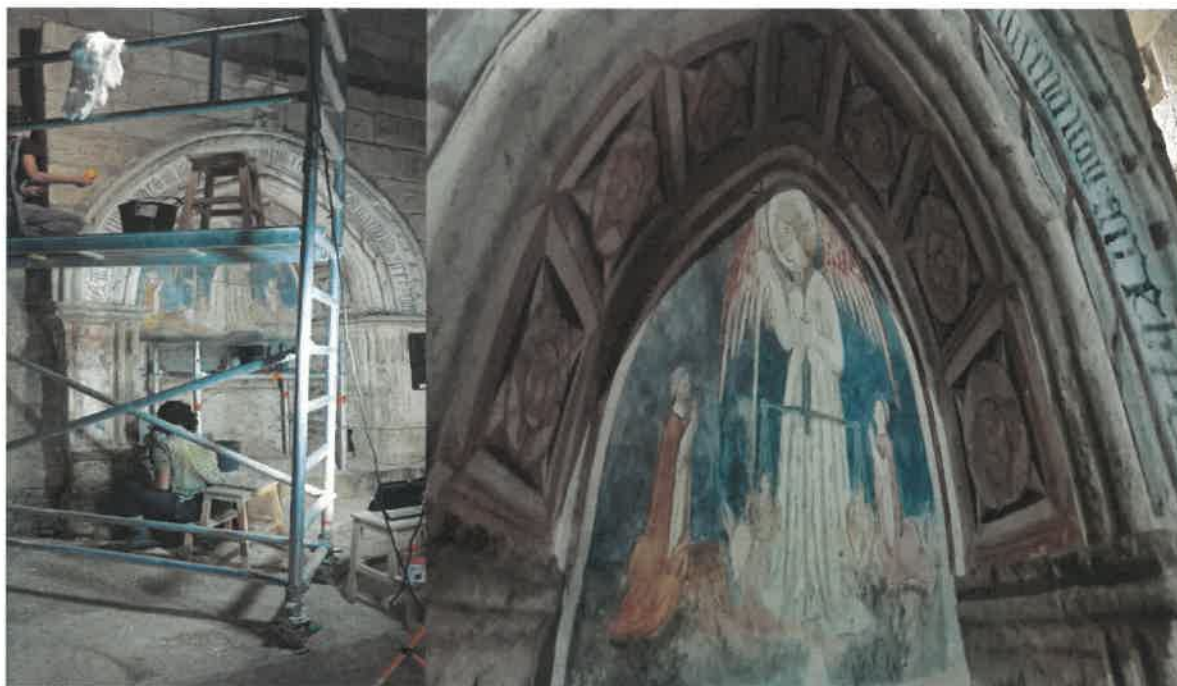
Grupo de trabalho da implementação do sistema da Qualidade da CMM.

Responsável Técnica pela Bio região dos lagos do Sabor – AMBS

Empreitada História a Fresco – Rota da Pintura Mural (AMDS):



- Acompanhamento das obras de construção civil, arqueológico e direção de fiscalização.



Azinhuso/Igreja de Santa Maria



Bemposta /Capela do Santo Cristo e Castro Vicente / Capela do Divino Senhor da Fraga de Castro



- Acompanhamento e poio nas Intervenções na Capela do Divino Senhor dos Aflitos e Igreja Paroquial de S. Martinho de Peso;
- Acompanhamento e apoio nas obras da Igreja Paroquial de Travanca.

Coube também à DOTU a Organização e:

Interlocutor junto à ANMP no âmbito das acessibilidades.

Interlocutor no âmbito do IFRRU.

Interlocutor no âmbito do INE.

Toponímia e Cadastro foi organizada uma reunião da Comissão de Toponímia e emitidas diversas certidões nesta temática.

Fiscalização Municipal Reformulação da atuação da fiscalização Municipal com vista a dar resposta às novas medidas introduzidas pelo Simplex urbanístico.

Topografia, Cartografia, Sistema de Informação Geográfica e Desenho. Apoio ao nível das atribuições do Programa 1º Direito. Apoio a juntas de freguesia.

O Município de Mogadouro tem vindo a desenvolver e a promover projetos e ações de valorização e salvaguarda do Património Histórico-Cultural, por forma a garantir o direito à fruição do mesmo a todos os mogadourenses e de quem nos visita.

Assim, e por forma a concretizar este intento, o Município de Mogadouro concretizou a ação material de valorização e conservação do **Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos**, integrada no projeto “**Valorização e Conservação do Castelo dos Mouros e Castelo de Oleiros – Rede de Castros**”.

A segunda fase deste projeto, que culminou com a inauguração no dia 30 de abril de 2023, na qual foram executados os trabalhos conservação e restauro



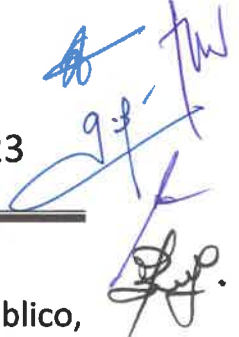
e da colocação das estruturas de apoio, tornaram este espaço visitável e mais entendível.



No mesmo projeto foram executados os trabalhos de conservação e restauro de duas secções da muralha, e o levantamento topográfico (do terreno e das estruturas visíveis) do **Castelo de Oleiros de Urrós e Bemposta**.

Ainda, no âmbito deste projeto, foram editadas as atas do II Encontro de Arqueologia e colocados em ambos os locais arqueológicos um sistema de contagem de visitantes, esta última ação, integrada numa solução tecnológica de divulgação e promoção da Rede de Castros e que se pretende que venha a extrapolar as fronteiras geográficas de Mogadouro.

Na lógica da salvaguarda e da promoção da diversidade que compõe o nosso acervo histórico e cultural, o Município de Mogadouro decidiu avançar com o desenvolvimento do projeto do futuro **Museu de Mogadouro**. Tal como tem vindo a ser proposto, e sobre o qual a comunidade foi convidada a participar, e que se pretende que permaneça como voz ativa de todo o processo, objetivamos que o novo núcleo museológico seja um espaço de compromisso com o território, sobre o qual deve focar a missão do Museu de



Mogadouro de o promover, de divulgar e de despertar a curiosidade do público, por forma a estabelecer uma ligação afetiva entre o **objeto** (entenda-se o território nas suas componentes materiais e imateriais humanas e ambientais) e a **comunidade**. Com uma temática expositiva e pedagógica centrada na Ocupação Humana, desde da Pré-História até aos nossos dias, e da sua relação com o Meio Ambiente, num âmbito geográfico centrado no atual território mogadourense contextualizado na região onde se insere. Composto por um acervo de índole arqueológica, de arte sacra e etnográfica, que permita dar a conhecer e a riqueza histórica e cultural de Mogadouro, aos mogadourenses e visitantes, foi imperativo delinear um programa museológico, para que, fosse traçado um percurso lógico e agregador do Museu e do Território, com a concretização do projeto museológico e do seu futuro plano de ação. Para este propósito foi celebrado um acordo de colaboração com Instituto Politécnico

Para além dos projetos referidos, o Município de Mogadouro, também tem como linha de ação, a execução de trabalhos que visam a manutenção e conservação do património cultural, nesta prossecução efetuou trabalhos de reparação e conservação da Torre da Igreja do Convento, a ações de valorização e promoção de diferentes locais arqueológicos, em estrita colaboração com as respetivas Juntas de Freguesia.





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O regime jurídico português prevê a classificação dos imóveis nas categorias de nacional e público, para os quais a sua proteção é de importância nacional, e na categoria de interesse nacional. A respetiva classificação determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

Neste sentido foi determinada a classificação do **Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos** com Sítio de Interesse Público e no âmbito local foi determinada a classificação de Sítio de Interesse Municipal a **Muralha do Castelo de Bemposta**.

Considerando que o Património Cultural Imaterial, e aqui importa referir, que por património imaterial entende-se por todas as práticas, sejam culturais, religiosas, rituais, de artes e ofícios, herdadas dos nossos antepassados e legadas aos nossos descendentes. Enquadrável na referida tipologia, o **Chocalheiro de Bemposta** foi declarado como Património Imaterial de Interesse Municipal, assumindo assim toda a comunidade mogadourense um papel de responsabilidade acrescida na salvaguarda, ou seja, na continuidade e originalidade desta importante manifestação da identidade cultural de Mogadouro.

Gestão de Jardins, Espaços Verdes e funcionamento das instalações sanitárias públicas.

Foram atribuídas tarefas às equipas dos Jardins e a integração nas mesmas dos trabalhadores com contratos de emprego e inserção.



[Handwritten signatures and initials]

V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos

Estando a decorrer o Programa Operacional “Norte 2020”, importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que mais uma vez e face aos atrasos verificados no programa, o período foi alargado de forma a concluir os projetos em fase de construção, estando agora todos em fase de fecho definitivo dos processos e conseqüente recebimento dos últimos pedidos de pagamento bem como dos valores retidos. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.

Alguns destes projetos beneficiaram de overbooking, tendo os valores de financiamento sido revistos em alta com uma maior percentagem ou pagas as revisões de preços.

<i>Data</i>	<i>Designação</i>	<i>Comparticipação</i>	<i>Recebido no Ano</i>	<i>Recebido Acumulado</i>
10/08/2018	Reabilitação de edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho – adaptação a cantina escolar	1.368.787,84€	816.636,11€	1.314.330,53 €
20/07/2018	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	2.012.988,07€	318.757,43€	2.012.988,07 €
30/05/2018	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	2.390.963,83€	567.710,61€	2.316.811,36€



21/12/2018	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	936.137,08€	524.826,22€	921.290,15 €
02/07/2019	Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	271.740,78€	75.393,88€	250.614,71 €
18/03/2021	Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro- Expansão da II fase do Loteamento Industrial de Mogadouro	750.000,00€	145.310,48 €	436.464,89€
14/07/2022	Recinto de valorização e promoção dos produtos do território	1.124.941,26€	580.525,08€	885.215,77€
11/02/2022	Remodelação da Estação de Tratamento da Água de Bastelos	767.882,76€	613.897,68€	729.488,62€
24/02/2022	Remodelação da rede de água, saneamento e pavimentação de Castelo Branco	645.180,24€	2.157,58€	207.357,85€
13/12/2022	Repavimentação de Arruamentos em Sanhoane	293.501,78€	241.589,10€	241.592,10€
20/12/2022	Repavimentação de Arruamentos em Vale de Porco	548.049,55	351.695,57€	351.695,57€
Totais		9.591.129,85€	4.238.499,74€	9.667.849,62€

O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the date '9.5.23' and a signature that appears to be 'J. Silva'.

VI. Endividamento

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.

Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do **Programa de Assistência Económica e Financeira**.

A entrada em vigor da nova **Lei das Finanças Locais** (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo,



introduzindo-se o conceito de **dívida total** de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o nº 1 do art.º 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que “a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No entanto, tendo em conta os dados fornecidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, no caso do município de Mogadouro, o **limite de endividamento para o ano de 2023** era de 19.214.436,02 euros, conforme retratamos no quadro seguinte:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2020	2021	2022	Total		
11.776.487€	12.825.617€	13.826.768€	38.428.872€	12.809.624€	19.214.624€



Sendo a capacidade de endividamento de 19.214.436€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2023	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (40%)
19.214.436	01 – janeiro – 2023				
	1.238.187	331.751	531.050	18.683.386	7.473.355
	31 – dezembro – 2023				
	771.600	488.162	702.839	18.511.597	
Variação da dívida total					32,35%

Apesar da DGAL não ter feito este apuramento, considerando o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 488.162 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 17.808.758€ (18.511.597 – 702.839).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere e de acordo com a ficha do Município extraída da DGAL reportada a 31/12/2023, a margem disponível por utilizar é de 7.301.565,56 euros.

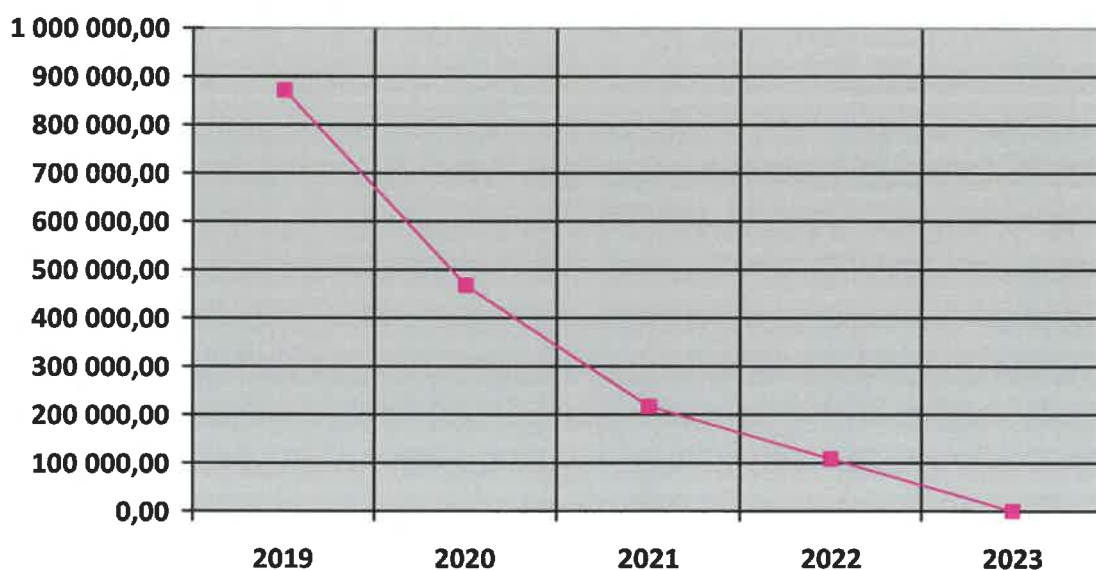


Handwritten signatures and initials in blue ink.

Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2019	2020	2021	2022	2023
Total Capital em dívida de MLP	871.362,25	467.238,66	216.505,60	108.252,82	0,00

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2019 e 2023, foram amortizados 871.362,25€, tendo o endividamento de MLP, sido reduzido a zero.



Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 209.842,18 euros. Mais uma vez, o valor da dívida de curto prazo é praticamente nulo, e não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços



competentes, na conferência dos documentos, atendendo a que a dívida é inconstante de acordo com a data de entrega da faturação

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O **prazo médio de pagamentos** que este ano, de acordo com a referida ficha do Município publicada pela DGAL, é de 4 dias.

VII. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 1.831.071,50€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 114,26%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2023	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
14.679.847,35€	12.840.195,25€	108.252,82€	12.948.448,07€

VIII. Análise Patrimonial

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.

Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O Município de Mogadouro atingiu em 2023 o valor de 72.357.866,36 euros, o que significa um crescimento de 2.479.025,26 euros face ao ano anterior, o equivalente a 3,55%.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'g.f.', 'faw', and 'B. J.'.

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo, sendo certo que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, a opção prevista na IPSAS 33, obriga as entidades a reexpressar o comparativo entre anos de acordo com o SNC-AP.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os Gastos e os Rendimentos dos serviços.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- **Fiabilidade**, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- **Relevância**, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar e corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- **Comparabilidade**, entendida com Duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Balanço

ATIVO	2023	2022	Variação
Ativos fixos tangíveis	65.400.446,64€	61.589.773,06€	6,2%
Propriedades de investimento	1.629.874,99€	1.660.128,80€	-1,8%
Ativos intangíveis	36.979,34€	39.399,77€	-6,1%
Participações financeiras	3.740,98€	3.740,98€	0%
Diferimentos	3.608,56€	2.157,59€	67,2%
Outros Ativos Financeiros	447.889,50€	447.889,50€	0%
Ativo não Corrente	67.522.540,01€	63.743.089,70€	5,9%
Inventários	47.275,15€	62.099,28€	-23,9%
Clientes, contribuintes e utentes	217.604,21€	189.903,99€	14,6%
Estado e outros entes públicos	175.168,20€	28.351,31€	517,8%
Outras contas a receber	56.453,09€	0€	100%
Diferimentos	105.624,32€	124.438,12€	-15,1%
Caixa e depósitos	4.233.201,38€	5.730.958,70€	-26,1%
Ativo Corrente	4.835.326,35€	6.135.751,40€	-21,2%
TOTAL DO ATIVO	72.357.833,36€	69.878.841,10€	3,5%

Património Líquido e Passivo	2023	2022	Variação
Total do Património Líquido	70.882.066,99€	67.985.966,56€	4,3%
Património/Capital	16.067.419,56€	16.067.419,56€	0
Resultados Transitados	8.032.250,63€	9.376.561,73€	-14,3%
Outras variações no Património Líquido	49.327.929,68€	44.127.572,94€	11,8%
Resultado Líquido do Exercício	-2.545.532,88€	-1.585.587,67€	60,54%
Total do Passivo Corrente	1.475.799,37 €	1.892.874,54€	-22%
Fornecedores	157.043,67€	34.257,63€	458,4%
Estado e outros entes públicos	53.040,25€	45.817,33€	15,8%
Financiamentos obtidos	0€	108.252,82€	-100%
Fornecedores de investimento	0€	0€	0
Outras contas a pagar	1.265.715,45€	1.704.546,76€	-25,7%
Total do Património Líquido e Passivo	72.357.866,36€	69.878.841,10€	3,5%



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Os ativos fixos tangíveis representam 90,4% do total do ativo e registaram um crescimento próximo dos quatro milhões de euros, que resulta sobretudo do valor das amortizações e das reversões efetuadas, ter sido inferior ao valor das obras efetuadas e bens adquiridos.

O saldo de disponibilidades de 4.233.201,38 euros registado em 31/12/2023 mostra um decréscimo de 1.497.757,89 euros em relação a 2022, dos quais 556.923,26€, são relativos a operações de tesouraria, ou seja dinheiro a devolver a outras entidades.

Este bom momento é refletido também no passivo, com uma diminuição da dívida de Financiamentos obtidos, que baixaram dos 108.252,82 euros em 2022, para 0,00 euros em 2023.

Em relação ao passivo, o Município de Mogadouro fechou o ano com um valor de 1.475.799,37 euros, sendo constituído na totalidade por passivo corrente.

O total do Património Líquido do Município é agora de 67.985.966,56 euros, o que traduz um acréscimo de 2.896.100,43 euros relativamente ao ano anterior.

1.2. Análise à Demonstração de Resultados

A análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de rendimentos e gastos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstração dos Resultados

Rubricas	DATAS	
	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	1 220 025,13€	1 129 144,68€
Vendas	623 490,86€	341 768,53€
Prestações de serviços e concessões	1 422 456,96€	863 623,54€
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 621 349,97€	10 748 709,65€
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3 409,09€	3 409,09€
Trabalhos para a própria entidade	0€	13 317,33€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-183 046,08€	-211 640,88€
Fornecimentos e serviços externos	-5 619 321,99€	-4 041 687,64€
Gastos com pessoal	-5 101 123,26€	-4 218 581,39€
Transferências e subsídios concedidos	-2 722 346,85€	-2 463 859,82€
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0 €	0 €
Provisões (aumentos/reduções)	11 201,79€	933,68€
Outros rendimentos	2 481 167,37€	2 441 034,56€
Outros gastos	-82 275,34€	-878 065,54€
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 652 584,07€	3 728 105,79€
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 197 897,10€	-5 315 843,15€
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-2 545 313,03€	-1 587 737,36€
Juros e rendimentos similares obtidos	4 300,57€	4 855,25€
Juros e gastos similares suportados	-4 520,42€	-2 705,56€
Resultado antes de impostos	-2 545 532,88€	-1 585 587,67 €
Resultado líquido do período	-2 545 532,88€	-1 585 587,67€



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '93' and a signature that appears to be 'J. J. J.'.

Pela diferença entre as rubricas de rendimentos e as rubricas de gastos que ocorreram ao longo do exercício de 2023, apura-se o resultado do exercício (**Rendimentos – Gastos = Resultados**).


O **Resultado Líquido do Período** cifrou-se no valor negativo de **2.545.532,88€**, mais 60,54% do que o registado em 2022.

Analisada a estrutura da **Demonstração de Resultados**, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de “Gastos”, quer ao nível do “Rendimentos”.

Em termos globais, comparando **Rendimentos** com **Gastos**, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram inferiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um **Resultado Líquido do Exercício** negativo, como já foi dito.

Na rubrica de **rendimentos**, denota-se:

- Um aumento de **8,05%**, na rubrica de “Impostos, contribuições e taxas resultado do aumento na liquidação do imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação e também das taxas;
- Um aumento considerável de 82,43% na rubrica “Vendas”, resultante do aumento do valor da água e venda de sucata;
- Uma ligeira redução de **1,18%**, na componente de Transferências e Subsídios correntes obtidos, decorrente, grosso modo, do valor transferido em 2022 pela Agência Portuguesa do Ambiente, que este ano não ocorreu;



- Verifica-se uma significativa variação positiva de **64,71%**, na componente “Prestação de serviços e concessões”, resultante essencialmente do maior valor cobrado nas tarifas de disponibilidade.
- Na rubrica de **gastos** regista-se:
- Aumento de **10,49%**, na rubrica “transferências e subsídios concedidos”, decorrente de acréscimo do valor das transferências para Associações de Municípios e para Instituições sem fins lucrativos;
- Aumento dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 39,03% motivado pelo aumento dos custos com combustíveis, conservação e reparação de bens e principalmente pela duplicação dos custos com energia elétrica;
- Aumento de 20,92% nos “Gastos com o Pessoal”, relacionado com os vencimentos e seus custos associados como a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações, sendo a transição do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas, a responsável principal por este aumento;
- Diminuição de 13,5% no “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, sendo o valor dos Outros Fornecimentos e Serviços, o responsável por esta redução;
- Diminuição em 2,2%, na rubrica “gastos de depreciação e amortização”, porque não se registaram tantos abates de ativos como no ano anterior.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

IX. Proposta de Aplicação dos Resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do ano de 2023, o resultado líquido negativo de 2.545.532,88€, valor evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados, que deveria ser coberto pelas reservas, como as mesmas não estão constituídas, o Órgão Executivo propõe que os resultados negativos transitem em conta, à semelhança dos resultados de anos anteriores.